

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo		Ordinária		0,02987

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.585.535	5.229.122
1.01	Ativo Circulante	1.109.163	854.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.286	20.813
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.334	30.925
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.334	30.925
1.01.03	Contas a Receber	849.213	598.386
1.01.03.01	Clientes	511.758	583.534
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	622.378	690.747
1.01.03.01.02	Provisão para Crédito de liquidação duvidosa	-110.620	-107.213
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	337.455	14.852
1.01.03.02.01	Subvenção Baixa Renda	18.087	14.852
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto tarifário	14.792	0
1.01.03.02.03	Recursos CDE - Decreto nº 7.945/2013	304.576	0
1.01.04	Estoques	-865	388
1.01.06	Tributos a Recuperar	77.663	44.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	77.663	44.298
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	77.663	44.298
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.539	2.091
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	142.993	157.206
1.01.08.03	Outros	142.993	157.206
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	29.241	28.022
1.01.08.03.03	Outros Créditos	113.752	129.184
1.02	Ativo Não Circulante	4.476.372	4.375.015
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.739.229	1.698.836
1.02.01.03	Contas a Receber	21.637	28.163
1.02.01.03.01	Clientes	72.900	77.701
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-51.263	-49.538
1.02.01.06	Tributos Diferidos	378.365	389.237
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	378.365	389.237
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.339.227	1.281.436
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	96.235	90.699
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígio	152.684	150.412
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	0	8.027
1.02.01.09.08	Ativo Indenizável (concessão)	1.090.073	1.032.063
1.02.01.09.10	Partes Relacionadas	235	235
1.02.03	Imobilizado	46.269	43.104
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.001	24.042
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	23.268	19.062
1.02.04	Intangível	2.690.874	2.633.075
1.02.04.01	Intangíveis	2.690.874	2.633.075
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.630.847	2.599.283
1.02.04.01.02	Softwares	60.027	33.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.585.535	5.229.122
2.01	Passivo Circulante	1.222.843	1.061.647
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.219	32.526
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.219	32.526
2.01.02	Fornecedores	579.624	450.433
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	579.624	450.433
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.143	67.510
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72.003	64.271
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.825	2.624
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	315	615
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	278.326	248.710
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	188.502	176.967
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	188.502	176.967
2.01.04.02	Debêntures	89.824	71.743
2.01.04.02.01	Debêntures	89.824	71.743
2.01.05	Outras Obrigações	258.531	262.468
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.108	1.005
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.108	1.005
2.01.05.02	Outros	257.423	261.463
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	128.026	128.026
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	62.920	77.703
2.01.05.02.05	Contribuições de iluminação Pública Arrecadada	15.127	15.461
2.01.05.02.06	Energia Livre	26.980	26.615
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	24.370	13.658
2.02	Passivo Não Circulante	2.147.916	2.114.649
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.102.399	1.107.447
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	264.634	278.491
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	264.634	278.491
2.02.01.02	Debêntures	837.765	828.956
2.02.01.02.01	Debêntures	837.765	828.956
2.02.02	Outras Obrigações	499.007	491.180
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	99	99
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	99	99
2.02.02.02	Outros	498.908	491.081
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	940	1.006
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	10.051	4.380
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	483.063	480.896
2.02.02.02.06	Energia Livre	4.271	4.217
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	583	582
2.02.03	Tributos Diferidos	141.530	119.111
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.530	119.111
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.530	119.111
2.02.04	Provisões	404.980	396.911
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	404.980	396.911
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.251	27.187
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	155.085	155.112

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	220.644	214.612
2.03	Patrimônio Líquido	2.214.776	2.052.826
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	1.034.135	1.031.342
2.03.04.01	Reserva Legal	77.884	77.884
2.03.04.10	Reserva de Reforço de Capital de Giro	798.584	0
2.03.04.11	Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais	1.189	-1.604
2.03.04.12	Reserva de Retenção de Lucro	156.478	955.062
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	159.157	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	929.900	892.407
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-611.250	-652.967
3.03	Resultado Bruto	318.650	239.440
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.731	-64.908
3.04.01	Despesas com Vendas	-22.307	-16.452
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.424	-48.456
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	242.919	174.532
3.06	Resultado Financeiro	-1.971	-62.306
3.06.01	Receitas Financeiras	79.893	20.182
3.06.02	Despesas Financeiras	-81.864	-82.488
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	240.948	112.226
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.791	-38.110
3.08.01	Corrente	-49.939	-62.895
3.08.02	Diferido	-31.852	24.785
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	159.157	74.116
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	159.157	74.116
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	159.157	74.116
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.189	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.346	74.116

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	98.995	128.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	276.761	196.748
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	159.157	74.116
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.176	14.269
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	43.562	47.969
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	22.462	29.167
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	39.827	37.562
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-61.708	-2.117
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e Indenizável baixado	3.370	28
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.852	-24.785
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	11.007	12.499
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	8.056	8.040
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-177.766	-68.020
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	59.126	-63.825
6.01.02.02	Estoques	1.253	160
6.01.02.03	Partes Relacionadas	103	-172
6.01.02.04	Tributos a Compensar	-38.901	14.699
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-4.448	-5.091
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	6.808	-4.598
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-2.272	-3.548
6.01.02.08	Outros Créditos	15.432	-23.260
6.01.02.09	Fornecedores	129.191	-4.669
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-3.307	-826
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	11.457	29.265
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	-17.168	-1.724
6.01.02.13	Subvenção CDE- desconto tarifário	-14.792	0
6.01.02.14	Pagamento de Benefícios Pós Emprego	-8.840	-9.623
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-14.393	-13.867
6.01.02.16	Outros Passivos	10.796	35.208
6.01.02.17	Repasse CDE	-304.576	0
6.01.02.18	Subvenção baixa renda	-3.235	-16.149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-85.605	-96.287
6.02.01	Aplicações Financeiras	18.591	-9.128
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-104.196	-87.159
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.917	-66.249
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	32.106	2.932
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-35.535	-42.513
6.03.05	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-7.598	-13.607
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	0	-11.333
6.03.07	Dividendos Pagos	0	-9
6.03.08	Parcelamento Especial	-1.890	-1.719
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	473	-33.808
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.813	59.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.286	25.680

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.157	2.793	161.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.157	0	159.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.793	2.793
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	4.232	4.232
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-1.439	-1.439
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	1.032.946	159.157	1.189	2.214.776

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.116	0	74.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.116	0	74.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	74.116	-74.116	0	0
5.06.04	Reserva de reforço de capital de giro	0	0	74.116	-74.116	0	0
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	688.368	0	0	1.709.852

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.316.223	1.348.299
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.229.046	1.268.887
7.01.02	Outras Receitas	6.429	4.799
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	99.924	88.882
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.176	-14.269
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-585.694	-601.112
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-320.165	-366.735
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.316	-65.755
7.02.04	Outros	-179.213	-168.622
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-59.648	-55.089
7.02.04.02	Custo de construção	-99.924	-88.882
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-19.641	-24.651
7.03	Valor Adicionado Bruto	730.529	747.187
7.04	Retenções	-43.562	-47.969
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.562	-47.969
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	686.967	699.218
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.893	20.182
7.06.02	Receitas Financeiras	79.893	20.182
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	766.860	719.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	766.860	719.400
7.08.01	Pessoal	38.391	39.302
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.209	24.251
7.08.01.02	Benefícios	8.815	10.502
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.268	1.918
7.08.01.04	Outros	2.099	2.631
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.099	2.631
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	485.733	520.610
7.08.02.01	Federais	181.968	215.192
7.08.02.02	Estaduais	301.697	303.249
7.08.02.03	Municipais	2.068	2.169
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.579	85.372
7.08.03.01	Juros	39.881	37.694
7.08.03.02	Aluguéis	1.715	2.884
7.08.03.03	Outras	41.983	44.794
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	159.157	74.116
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	159.157	74.116

Comentário do Desempenho

AMPLA REGISTRA R\$ 159 MILHÕES DE LUCRO LÍQUIDO NO 1T13

EBITDA cresce 28,8% em relação ao 1T12.

DESTAQUES

A Ampla Energia encerrou o 1T13 com um total de **2.732.709 consumidores**, o que representa um crescimento de **3,0%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Ampla Energia atingiu o montante de **2.850 GWh*** no 1T13, um incremento de **4,1%** em relação ao volume registrado no 1T12, de **2.737 GWh***.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 1T13 foi de **R\$ 1.329 milhões**, uma redução de **2,1%** em relação ao 1T12, que alcançou no citado trimestre o montante de **R\$ 1.358 milhões**.

O **EBITDA**, no 1T13, alcançou o montante de **R\$ 286 milhões***, um acréscimo de **28,8%** em relação ao 1T12, de **R\$ 223 milhões**. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 1T13 em **30,81%***, percentual superior em **5,88 p.p.** comparado ao 1T12.

No 1T13, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 159 milhões**, superior ao valor do 1T12 de **R\$ 74 milhões**, refletindo uma Margem Líquida de **17,12%***.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC** e **FEC** encerraram o 1T13 em **18,76 horas*** e **9,83 vezes***, representando incrementos de **1,8%** e **6,7%**, respectivamente, em relação ao 1T12. O **índice de perdas** (TAM – Acumulado em 12 meses) da Companhia atingiu, no 1T13, o patamar de **19,93%**, um incremento de **0,51 p.p.** em relação ao mesmo período do ano anterior, de **19,42%**.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador** e **MWh/consumidor** atingiram, no 1T13, os valores de **2,495*** e **1,04***, representando melhorias de **7,5%** e **1,0%**, respectivamente, em relação ao 1T12.

No dia 24 de janeiro de 2013, como reflexo da Lei 12.783 (antecedida pela Medida Provisória 579), foi homologado o resultado da **Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)** da Ampla Energia e demais concessionárias de distribuição de energia do país, cujo efeito percebido, já a partir da referida data, foi uma **redução média de 20%** nas tarifas ao consumidor. No dia 15 de abril de 2013, entrou em vigor o resultado do **Reajuste Tarifário Anual** da Ampla Energia, sem prejuízo ao efeito da RTE acima mencionada. O valor homologado foi um **incremento** de 12,23% nas tarifas, sendo que o valor médio a ser percebido pelo consumidor será um incremento de **12,13%**.

No dia 7 de março de 2013, foi publicado o **Decreto n.º 7.945** que dispõe sobre o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de energia do país, neutralizando os efeitos da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo, ao risco hidrológico decorrente da alocação das cotas, e o custo adicional do despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito. O valor contabilizado no resultado da Ampla Energia foi de **R\$ 192 milhões** no 1T13. Além deste valor, foi contabilizado o montante de **R\$ 113 milhões**, referente às CVAs (Conta de Compensação de Variações da Parcela A) de 2012 de Compra de Energia e de ESS, repasses também previstos no referido decreto, em função do percentual do Reajuste Tarifário Anual de 2013 ter sido superior a 3%.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 30 de abril de 2013, foi deliberada a distribuição de R\$ 117.176.660,02 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 25%** sobre o lucro líquido passível de distribuição e um **dividendo de R\$ 0,0298728322 por lote de mil ações**, cujo pagamento será efetuado até o dia 31 de dezembro de 2013.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.850	2.737	4,1%	2.674	6,6%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.328.970	1.357.860	-2,1%	1.475.352	-9,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	929.900	892.407	4,2%	1.026.280	-9,4%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	286.481	222.501	28,8%	278.492	2,9%
Margem EBITDA (%)*	30,81%	24,93%	5,88 p.p	27,14%	3,67 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	242.919	174.532	39,2%	233.715	3,9%
Margem EBIT (%)*	26,12%	19,56%	6,56 p.p	22,77%	3,35 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	159.157	74.116	114,7%	303.013	-47,5%
Margem Líquida (%)	17,12%	8,31%	8,81 p.p	29,53%	-12,41 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	103.919	92.779	12,0%	125.237	-17,0%
DEC (12 meses)*	18,76	18,43	1,8%	17,54	7,0%
FEC (12 meses)*	9,83	9,21	6,7%	9,25	6,3%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,96%	98,63%	1,33 p.p	97,89%	2,07 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,93%	19,42%	0,51 p.p	19,63%	0,30 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.732.709	2.652.116	3,0%	2.712.359	0,8%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.142	1.179	-3,1%	1.138	0,4%
MWh/Colaborador*	2.495	2.321	7,5%	2.349	6,2%
MWh/Consumidor*	1,04	1,03	1,0%	0,99	5,1%
PMSO (4)/Consumidor	59,38	52,90	12,2%	22,15	168,1%
Consumidor/Colaborador*	2,393	2,249	6,4%	2,383	0,4%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende, aproximadamente, 2,7 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,1 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	1T13	1T12	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.099.578	6.890.197	3,0%
Consumidores (Unid.)	2.732.709	2.652.116	3,0%
Linhas de Distribuição (Km)	51.367	50.740	1,2%
Linhas de Transmissão (Km)	3.769	3.769	-
Subestações (Unid.)	116	116	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	10.585	9.983	6,0%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,78%	3,78%	-
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,35%	2,28%	0,07 p.p

(1) Fonte: Para ambos os anos, utilizamos o resultado do Censo IBGE 2010

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



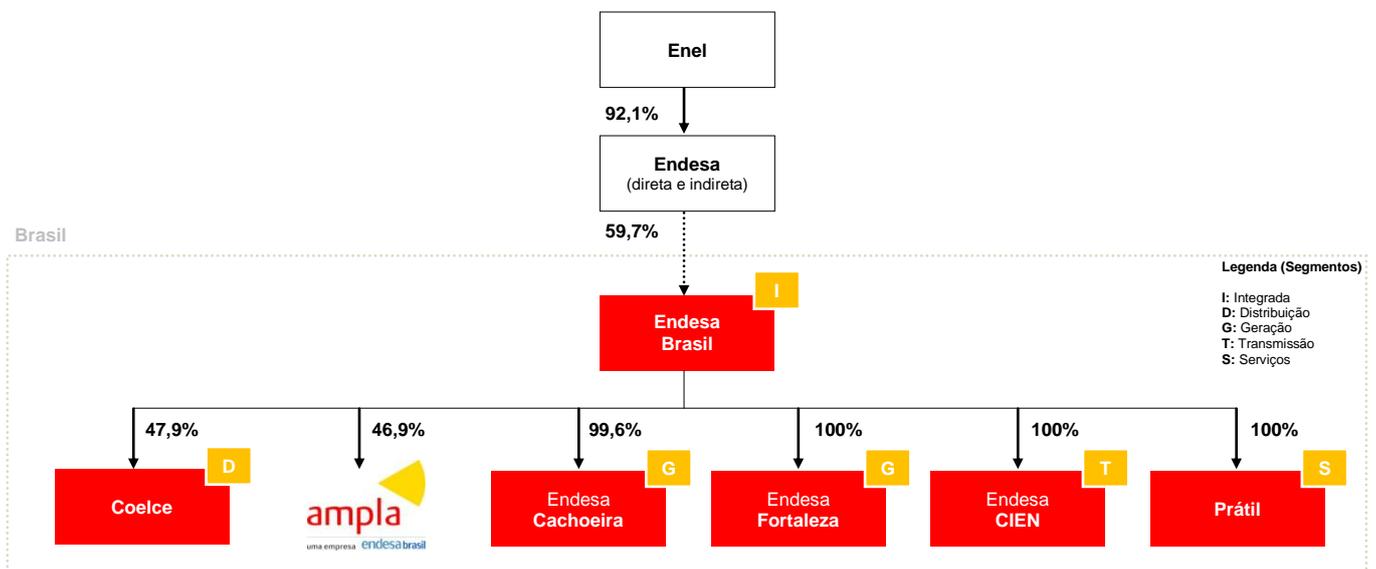
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa, por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A, Chilectra S/A e Cono Sur Participaciones SL que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7%, 10,3% e 7,7% do capital total da Ampla Energia.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/13)

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.908.277.080	99,6%	3.908.277.080	99,6%
Endesa Brasil S/A	1.839.121.933	46,9%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,0%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	536.591.908	13,7%	536.591.908	13,7%
Chilectra S/A	405.768.824	10,3%	405.768.824	10,3%
Cono Sur Participaciones SL	302.186.888	7,7%	302.186.888	7,7%
Não Controladores	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Outros	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Totais	3.922.515.918	100,0%	3.922.515.918	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

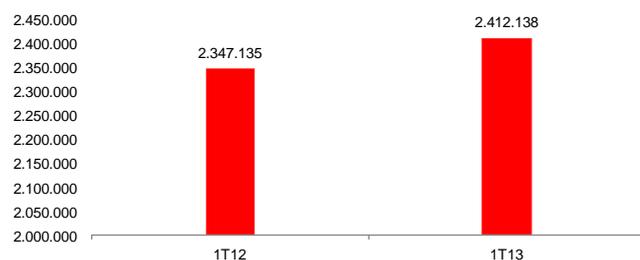
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.412.082	2.347.086	2,8%	2.398.289	0,6%
Residencial - Convencional	1.911.618	1.862.921	2,6%	1.899.196	0,7%
Residencial - Baixa Renda	270.340	256.837	5,3%	269.357	0,4%
Industrial	4.650	4.726	-1,6%	4.682	-0,7%
Comercial	145.877	144.656	0,8%	145.784	0,1%
Rural	63.350	62.079	2,0%	63.088	0,4%
Setor Público	16.247	15.867	2,4%	16.182	0,4%
Cientes Livres	43	35	22,9%	39	10,3%
Industrial	30	28	7,1%	28	7,1%
Comercial	13	7	85,7%	11	18,2%
Revenda	13	14	-7,1%	13	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.412.138	2.347.135	2,8%	2.398.341	0,6%
Consumo Próprio	364	368	-1,1%	365	-0,3%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	320.207	304.613	5,1%	313.653	2,1%
Total - Número de Consumidores	2.732.709	2.652.116	3,0%	2.712.359	0,8%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

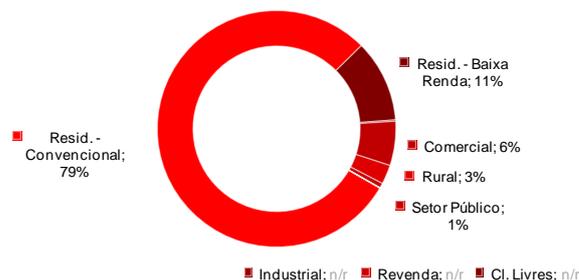
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 1T12 - 1T13



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em mar/13



A Ampla Energia encerrou o 1T13 com 2.732.709 unidades consumidoras* ("consumidores"), 3,0% superior ao número de consumidores registrado ao final do 1T12. Esse crescimento representa um acréscimo de 80.593 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 62.200 novos consumidores*.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 155 milhões* nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T13 com 2.412.138 consumidores*, um incremento de 2,8% em relação ao 1T12. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 1T13 com 43 clientes livres*, um acréscimo de 8 novos clientes*, o que representa um incremento de 22,9% em relação ao número registrado no fechamento do 1T12, de 35 clientes livres.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.464	2.375	3,7%	2.294	7,4%
Cientes Livres	386	362	6,6%	380	1,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.850	2.737	4,1%	2.674	6,6%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

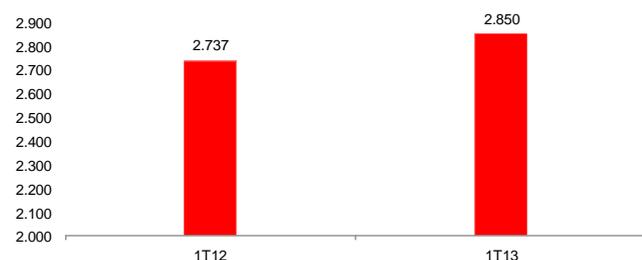
O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 1T13 foi de 2.850 GWh*, o que representa um incremento de 4,1% (+113 GWh) em relação ao 1T12, cujo volume foi de 2.737 GWh*. Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 3,7% no mercado cativo da Companhia (+89 GWh) no 1T13 em relação ao 1T12 (2.464 GWh* versus 2.375 GWh*), impulsionada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no 1T13, de 386 GWh*, foi 6,6% superior ao registrado no 1T12, de 362 GWh (+24 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

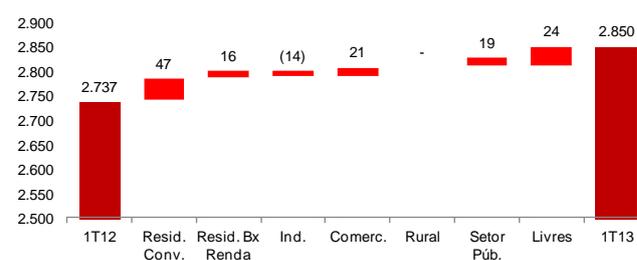
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T12 - 1T13



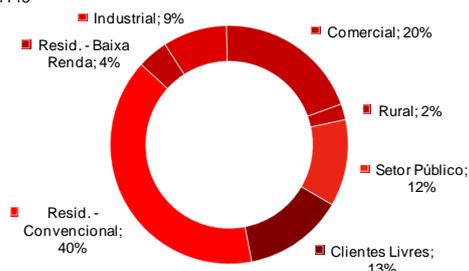
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T12 - 1T13



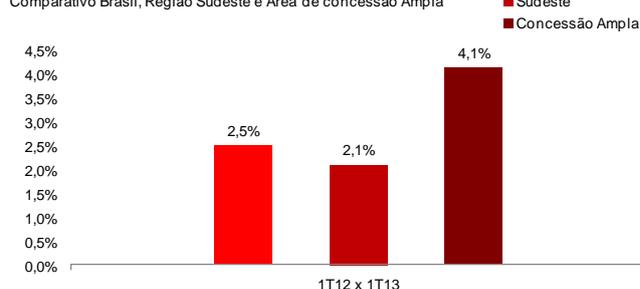
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T13



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



Fonte: Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – Março/13 – EPE

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Residencial - Convencional	1.135	1.088	4,3%	991	14,5%
Residencial - Baixa Renda	119	103	15,5%	111	7,2%
Industrial	248	262	-5,3%	270	-8,1%
Comercial	565	544	3,9%	530	6,6%
Rural	61	61	-	58	5,2%
Setor Público	336	317	6,0%	334	0,6%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.464	2.375	3,7%	2.294	7,4%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 3,7% no 1T13, quando comparado ao 1T12. Apenas a classe industrial apresentou retração do consumo, em decorrência, principalmente, da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. Os principais fatores que ocasionaram o aumento do consumo no mercado cativo foram (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,8%, que adicionou mais 64.996 novos consumidores* à base comercial da Companhia, e (ii) uma evolução na venda de energia per capita no mercado cativo, de 1,0% (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Residencial - Convencional	594	584	1,7%	522	13,8%
Residencial - Baixa Renda	440	401	9,7%	412	6,8%
Industrial	53.333	55.438	-3,8%	57.668	-7,5%
Comercial	3.873	3.761	3,0%	3.636	6,5%
Rural	963	983	-2,0%	919	4,8%
Setor público	20.681	19.979	3,5%	20.640	0,2%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	1.022	1.012	1,0%	957	6,8%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 1.022 KWh/consumidor*, representando um aumento de 1,0% em relação à observada no 1T12. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial convencional e residencial baixa renda: quando analisadas em conjunto, ambas as classes apresentaram uma evolução na venda de energia per capita de 2,3% no 1T13 em relação ao 1T12 (575 KWh/cliente* versus 562 KWh/cliente*), em função, principalmente, da elevação observada na temperatura média entre os períodos comparados.

(ii) industrial: a redução observada de 3,8% reflete, basicamente, o impacto da migração de 8 clientes com elevado padrão de consumo do mercado cativo para o mercado livre, conjugada a uma menor intensidade nas atividades industriais na área de concessão da Companhia no 1T13 em relação ao 1T12.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Industrial	365	350	4,3%	366	-0,3%
Comercial	21	12	75,0%	14	50,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	386	362	6,6%	380	1,6%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T13 foi de 386 GWh*, o que representa um acréscimo de 6,6% em relação ao 1T12, de 362 GWh, tendo em vista, basicamente, o crescimento de 22,9% no número de clientes livres de 35*, no 1T12, para 43*, no 1T13, parcialmente compensado pela queda no transporte de energia per capita aos clientes livres, em 13,2%, conforme quadro abaixo.

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Industrial	12.167	12.500	-2,7%	13.071	-6,9%
Comercial	1.615	1.714	-5,8%	1.273	26,9%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	8.977	10.343	-13,2%	9.744	-7,9%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 13,2%* do 1T12 para o 1T13, foi fruto, principalmente, da migração de 8 clientes do mercado cativo para o mercado livre (2 clientes industriais e 6 clientes comerciais). A redução em ambos os segmentos reflete o padrão de consumo dos novos clientes migrados, inferior ao padrão dos que já se encontravam no mercado livre da Companhia no 1T12, o que justifica a redução no transporte de energia per capita no 1T13.

Balanço Energético

BALANÇO DE ENERGIA

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Demanda máxima de energia (MW)	2.238	2.063	8,5%	2.106	6,3%
Energia requerida (GWh)	3.677	3.524	4,3%	3.575	2,9%
Energia distribuída (GWh)	2.892	2.807	3,0%	2.873	0,7%
Residencial - Convencional	1.089	1.049	3,8%	1.015	7,3%
Residencial - Baixa Renda	125	103	21,4%	111	12,6%
Industrial	217	249	-12,9%	267	-18,7%
Comercial	571	556	2,7%	578	-1,2%
Rural	61	61	-	61	-
Setor Público	330	317	4,1%	347	-4,9%
Clientes Livres	387	362	6,9%	382	1,3%
Revenda	105	104	1,0%	106	-0,9%
Consumo Próprio	7	6	16,7%	6	16,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	785	717	9,5%	702	11,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	21,35%	20,35%	1,00 p.p	19,64%	1,71 p.p

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

A energia total requerida pelo sistema da Ampla Energia no 1T13 foi de 3.677 GWh*, um percentual 4,3% superior ao registrado no 1T12 (3.524 GWh*). Já a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou um incremento de 3,0% (2.892 GWh* versus 2.807 GWh*). A diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é o reflexo do aumento (1,00 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição entre os trimestres comparados, que alcançou o patamar de 21,35%*, no 1T13, contra 20,35%* no 1T12.

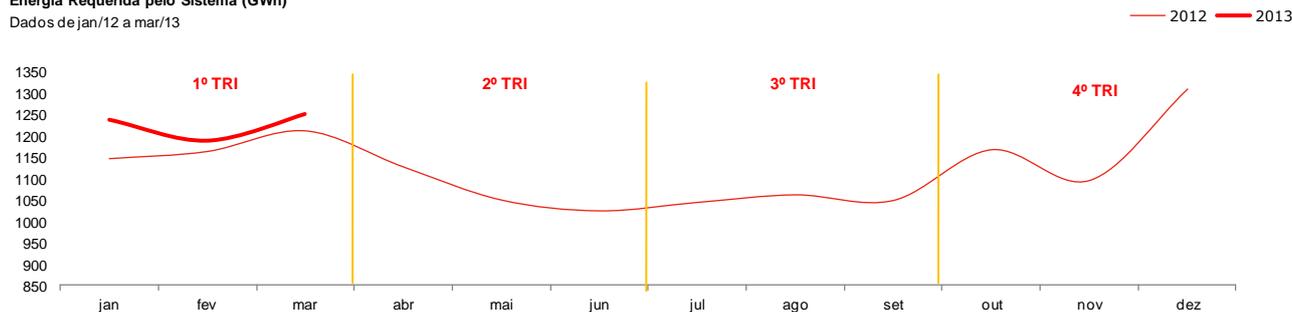
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/12 a mar/13



Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Itaipu Binacional	528	524	0,8%	536	-1,5%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	547	485	12,8%	402	36,1%
Centrais Elétricas - FURNAS	402	661	-39,2%	558	-28,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	128	274	-53,3%	230	-44,3%
Eletronuclear	100	-	-	-	-
Petrobras	99	100	-1,0%	101	-2,0%
Eletronorte	89	191	-53,4%	164	-45,7%
CEMIG	92	144	-36,1%	126	-27,0%
PROINFA	54	57	-5,3%	69	-21,7%
Outros	858	879	-2,4%	859	-0,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.897	3.315	-12,6%	3.045	-4,9%
Liquidação na CCEE	434	(84)	-	155	180,0%
Total - Compra de Energia	3.331	3.231	3,1%	3.200	4,1%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 1T13, o montante de 3.331 GWh*, para atender a energia demandada pelo sistema da Ampla Energia. Esse montante representa um acréscimo de 3,1% (+100 GWh) em relação ao 1T12, que foi de 3.231 GWh*.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Totais - Inputs	3.331	3.231	3,1%	3.200	4,1%
Compra de Energia	3.331	3.231	3,1%	3.200	4,1%
Contratos	2.897	3.315	-12,6%	3.045	-4,9%
Itaipu Binacional	528	524	0,8%	536	-1,5%
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	547	485	12,8%	402	36,1%
Centrais Elétricas - FURNAS	402	661	-39,2%	558	-28,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	128	274	-53,3%	230	-44,3%
Eletronuclear	100	-	-	-	-
Petrobras	99	100	-1,0%	101	-2,0%
Eletronorte	89	191	-53,4%	164	-45,7%
CEMIG	92	144	-36,1%	126	-27,0%
PROINFA	54	57	-5,3%	69	-21,7%
Outros	858	879	-2,4%	859	-0,1%
Liquidação CCEE	434	(84)	-	155	180,0%
Totais - Outputs	3.331	3.231	3,1%	3.200	4,1%
Perdas na Transmissão + Energia Não Faturada	41	69	-40,6%	7	-
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.400	2.341	2,5%	2.385	0,6%
Residencial - Convencional	1.089	1.049	3,8%	1.015	7,3%
Residencial - Baixa Renda	125	103	21,4%	111	12,6%
Industrial	217	249	-12,9%	267	-18,7%
Comercial	571	556	2,7%	578	-1,2%
Rural	61	61	-	61	-
Setor Público	330	317	4,1%	347	-4,9%
Consumo Próprio	7	6	16,7%	6	16,7%
Revenda	105	104	1,0%	106	-0,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	785	717	9,5%	702	11,8%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
DEC 12 meses (horas)	18,76	18,43	1,8%	17,54	7,0%
FEC 12 meses (vezes)	9,83	9,21	6,7%	9,25	6,3%
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,93%	19,42%	0,51 p.p	19,63%	0,30 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,96%	98,63%	1,33 p.p	97,89%	2,07 p.p
MWh/Colaborador	2.495	2.321	7,5%	2.349	6,2%
MWh/Consumidor	1,04	1,03	1,0%	0,99	5,1%
PMSO (3)/Consumidor	59,38	52,90	12,2%	22,15	168,1%

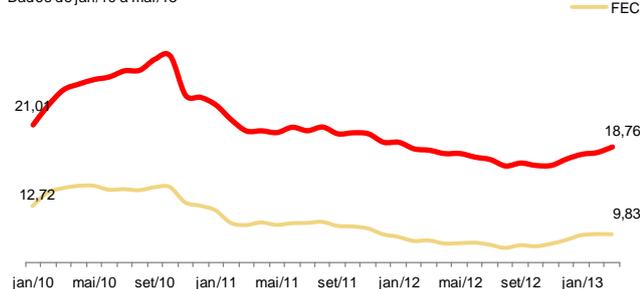
(1) Variação entre 1T13 e 4T12

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento

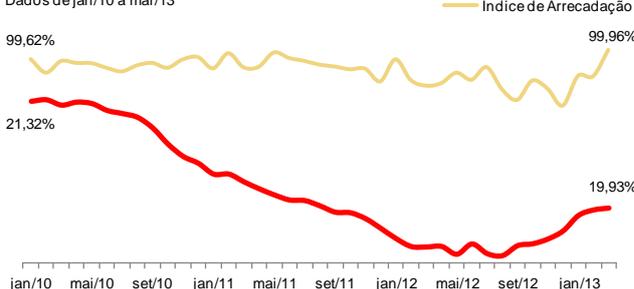
Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*

Dados de jan/10 a mar/13



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*

Dados de jan/10 a mar/13



Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla Energia encerrou o 1T13 com DEC de 18,76 horas*, índice 1,8% superior ao registrado no 1T12, de 18,43 horas*. O FEC alcançou o patamar de 9,83 vezes*, o que representa um incremento de 6,7% em relação ao 1T12, que fechou em 9,21 vezes*. A Ampla Energia investiu R\$ 74 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,93%* no 1T13, um aumento de 0,51 p.p. em relação às perdas registradas no 1T12, de 19,42%*. Esse incremento está associado, principalmente, às elevadas temperaturas observadas no 1T13 em relação ao 1T12. Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 178 milhões*.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 1T13 em 99,96%*, percentual superior (+1,33 p.p.) em relação ao encerramento do 1T12, de 98,63%*.

Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

A Ampla Energia encerrou o 1T13 com o indicador de MWh/colaborador de 2.495*, índice 7,5% superior que o valor do 1T12, de 2.321*. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 1,04*, o que representa um aumento de 1,0% em relação ao 1T12, que encerrou em 1,03*.

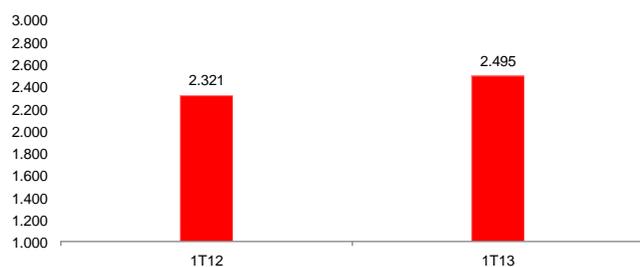
O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$ 59,38/consumidor no 1T13, o que representa um acréscimo de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$ 52,90/consumidor.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

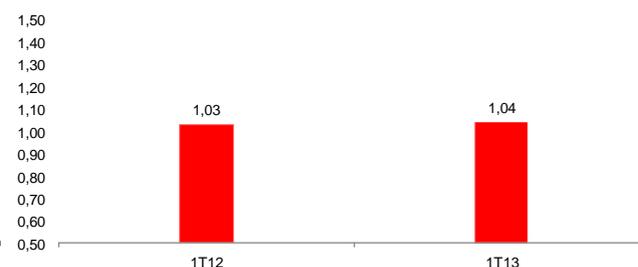
Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*

Evolução 1T12 - 1T13



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*

Evolução 1T12 - 1T13



4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Receita Operacional Bruta	1.328.970	1.357.860	-2,1%	1.475.352	-9,9%
Deduções à Receita Operacional	(399.070)	(465.453)	-14,3%	(449.072)	-11,1%
Receita Operacional Líquida	929.900	892.407	4,2%	1.026.280	-9,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(686.981)	(717.875)	-4,3%	(792.565)	-13,3%
EBITDA(2)*	286.481	222.501		278.492	2,9%
Margem EBITDA*	30,81%	24,93%	5,88 p.p	27,14%	3,67 p.p
EBIT(3)*	242.919	174.532	39,2%	233.715	3,9%
Margem EBIT*	26,12%	19,56%	6,56 p.p	22,77%	3,35 p.p
Resultado Financeiro	(1.971)	(62.306)	-96,8%	235.941	-100,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.791)	(38.110)	114,6%	(166.643)	-50,9%
Lucro Líquido	159.157	74.116	114,7%	303.013	-47,5%
Margem Líquida	17,12%	8,31%	8,81 p.p	29,53%	-12,41 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	0,041	0,019	114,8%	0,077	-47,4%

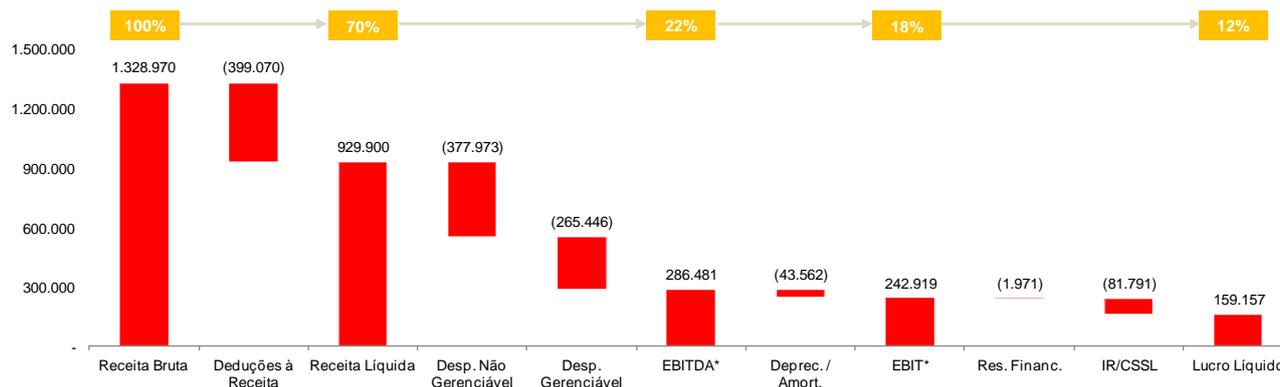
(1) Variação entre 1T13 e 4T12

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T13



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)					
	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Fornecimento de Energia	1.122.765	1.171.521	-4,2%	1.234.017	-9,0%
Baixa Renda	17.140	6.345	170,1%	17.408	-1,5%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	14.792	-	-	-	-
Fornecimento de Energia Total	1.154.697	1.177.866	-2,0%	1.251.425	-7,7%
Suprimento de Energia Elétrica	6.305	12.987	-51,5%	21.194	-70,3%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	50.343	61.758	-18,5%	64.624	-22,1%
Receita - IFRIC 12	99.924	88.882	12,4%	122.677	-18,5%
Outras Receitas	17.701	16.367	8,2%	15.432	14,7%
Total - Receita Operacional Bruta	1.328.970	1.357.860	-2,1%	1.475.352	-9,9%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 1T13, R\$ 1.329 milhões, uma redução de 2,1% em relação ao 1T12, de R\$ 1.358 milhões (-R\$ 31 milhões). Essa redução é, basicamente, o efeito combinado dos seguintes fatores:

- Redução de 2,0% (R\$ 1.155 milhões versus R\$ 1.178 milhões) na receita pelo fornecimento de energia elétrica total (-R\$ 23 milhões); Esta redução está associada à Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média. Este efeito foi parcialmente compensado pelo (i) Reajuste Tarifário Anual de 2012, que incrementou a tarifa em 7,01% em média, a partir de 15 de março de 2012, pelo (ii) aumento de 3,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (2.464 GWh no 1T13 versus 2.375 GWh no 1T12) e pelo (iii) recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídio existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783. O valor contabilizado, referente ao recebimento desta subvenção, foi de R\$ 15 milhões no 1T13.
- Decréscimo de 51,5% (R\$ 6 milhões versus R\$ 13 milhões) no suprimento de energia elétrica (-R\$ 7 milhões); Em função do cenário de déficit contratual involuntário (subcontratação) para as distribuidoras do país, reflexo da alocação não integral de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas pela Lei 12.783, a Ampla Energia não apresentou, no 1T13, receita relacionada à liquidação de sobras de energia no mercado de curto prazo.
- Decréscimo de 18,5% (R\$ 50 milhões versus R\$ 62 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (-R\$ 12 milhões); Esta redução está associada à Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 6,6% no volume de energia transportada para o mercado livre da Companhia (386 GWh no 1T13 versus 362 GWh no 1T12).
- Incremento de 12,4% (R\$ 100 milhões versus R\$ 89 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 11 milhões); A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T13 foi de R\$ 100 milhões (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um incremento de R\$ 11 milhões quando comparado com o 1T12 (R\$ 89 milhões).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia no 1T13 alcançou o montante de R\$ 1.229 milhões, o que representa uma redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.269 milhões (-R\$ 40 milhões).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)					
	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
ICMS	(301.690)	(303.247)	-0,5%	(302.930)	-0,4%
PIS	(13.429)	(13.452)	-0,2%	(13.655)	-1,7%
COFINS	(61.853)	(61.961)	-0,2%	(62.896)	-1,7%
ISS	(1.162)	(1.120)	3,8%	(314)	270,1%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	-	(15.053)	-100,0%	(15.051)	-100,0%
Subvenções CCC e CDE	(12.650)	(60.132)	-79,0%	(42.712)	-70,4%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(8.056)	(8.040)	0,2%	(9.069)	-11,2%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(230)	(2.448)	-90,6%	(2.445)	-90,6%
Total - Deduções da Receita	(399.070)	(465.453)	-14,3%	(449.072)	-11,1%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

As deduções da receita apresentaram redução de 14,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 399 milhões no 1T13, contra -R\$ 465 milhões no 3T11 (+R\$ 66 milhões). Essa redução é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Decréscimo de 0,4% (-R\$ 378 milhões versus -R\$ 380 milhões) no tributo ICMS/PIS/COFINS/ISS (+R\$ 2 milhões); Esta variação reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos (atrelada à receita da Companhia), em função, basicamente, da redução das tarifas pela RTE oriunda da Lei 12.783, a partir de 24 de janeiro de 2013. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o 1T12.

Comentário do Desempenho

- Decréscimo de 75,6% (-R\$ 21 milhões versus -R\$ 86 milhões) nos encargos setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (+R\$ 45 milhões):
A redução acima mencionada se deve, principalmente, a extinção dos encargos Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e a redução de 75% no encargo Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função da Lei 12.783.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(320.165)	(325.693)	-1,7%	(429.767)	-25,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(2.166)	(1.842)	17,6%	(2.166)	-
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(55.642)	(104.512)	-46,8%	(123.345)	-54,9%
Total - Não gerenciáveis	(377.973)	(432.047)	-12,5%	(555.278)	-31,9%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(37.752)	(40.354)	-6,4%	(45.641)	-17,3%
Material e Serviços de Terceiros	(86.316)	(65.755)	31,3%	(71.794)	20,2%
Custo na Desativação de Bens	(3.243)	(8.686)	-62,7%	(9.762)	-66,8%
Depreciação e Amortização	(43.562)	(47.969)	-9,2%	(44.777)	-2,7%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.176)	(14.269)	34,4%	(30.145)	-36,4%
Provisão para Contingências	(10.648)	(12.667)	-15,9%	100.916	-110,6%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(99.924)	(88.882)	12,4%	(122.677)	-18,5%
Outras Despesas Operacionais	(8.387)	(7.246)	15,7%	(13.407)	-37,4%
Total - Gerenciáveis	(309.008)	(285.828)	8,1%	(237.287)	30,2%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(686.981)	(717.875)	-4,3%	(792.565)	-13,3%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

Os custos e despesas operacionais no 1T13 alcançaram -R\$ 687 milhões, uma redução de 4,3% em relação ao 1T12, de -R\$ 718 milhões (+R\$ 33 milhões). Este decréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Redução de 12,5% (-R\$ 378 milhões versus -R\$ 432 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (+R\$ 54 milhões), por:

- Redução de 1,7% (-R\$ 320 milhões versus -R\$ 326 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (+R\$ 6 milhões):
A variação acima mencionada se deve ao efeito líquido dos seguintes fatores: (i) à redução de 15,2% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 1T13 e 1T12, (ii) ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada, (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios, (v) maior volume de energia comprada no mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de desconstrução involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783 e por projetos térmicos postergados ou cancelados, e (vi) repasse do risco hidrológico para o consumidor final. Estes acréscimos foram compensados pela redução das tarifas de compra de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783 e os itens (v) e (vi), especialmente, foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945. Esta compensação alcançou o montante de R\$ 136 milhões. Adicionalmente, foi registrado neste trimestre o repasse, via CDE, das CVAs de compra de energia de 2012, no montante de R\$ 83 milhões.
- Decréscimo de 46,8% (-R\$ 56 milhões versus -R\$ 105 milhões) na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema – ESS (+R\$ 49 milhões):
Esta variação decorre da (i) redução do encargo de uso da rede elétrica, tendo em vista a renovação das concessões de transmissão pela Lei 12.783, que promoveu uma significativa redução no custo de transmissão para as distribuidoras. Esta redução que foi parcialmente compensada por um (ii) incremento no encargo de serviço do sistema ESS, em função do maior despacho pelo ONS de usinas térmicas fora da ordem de mérito no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais. O item (ii) foi compensado pelos repasses da CDE, em função do Decreto 7.945. Esta compensação alcançou o montante de R\$ 44 milhões. Adicionalmente, foi registrado neste trimestre o repasse, via CDE, das CVAs de ESS de 2012, no montante de R\$ 30 milhões.

Aumento de 8,1% (-R\$ 309 milhões versus -R\$ 286 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 23 milhões). As principais variações são:

- Decréscimo de 6,4% (-R\$ 38 milhões versus -R\$ 40 milhões) nas despesas de pessoal (+R\$ 2 milhões).
A redução observada nas despesas com pessoal é o reflexo, basicamente, do incremento do valor da transferência para ativo em curso em R\$ 2 milhões, tendo em vista o maior volume de investimentos no 1T13 em relação ao 1T12.
- Acrescimento de 31,3% (-R\$ 86 milhões versus -R\$ 66 milhões) nas despesas de material e serviços de terceiros (-R\$ 20 milhões):
A referida alteração foi o efeito combinado de (i) ajustes nos valores dos contratos pelos seus índices de reajuste (inflação) e (ii) aumento no número das operações em campo, especialmente as operações de manutenção e atendimentos de emergência.
- Redução de 9,2% (-R\$ 44 milhões versus -R\$ 48 milhões) na rubrica depreciação e amortização (+R\$ 4 milhões):
O decréscimo observado deve-se à aplicação a partir do 2T12 da Resolução ANEEL nº 474/2009, que modificou a estimativa de vida útil dos ativos de distribuição, ocasionando redução das taxas de depreciação.
- Aumento de 12,4% (-R\$ 100 milhões versus -R\$ 89 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-R\$ 11 milhões):
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na

Comentário do Desempenho

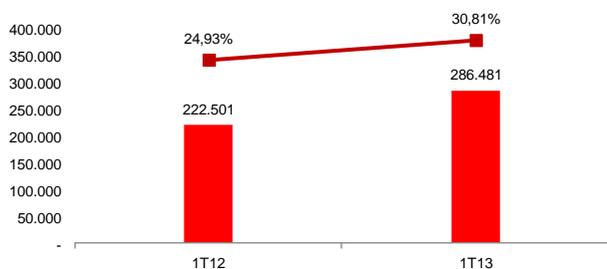
despesa operacional no 1T13 foi de -R\$ 100 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), um aumento de R\$ 11 milhões quando comparado com o 1T12 (-R\$ 89 milhões).

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T13, alcançaram o montante de -R\$ 209 milhões, o que representa uma evolução de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 197 milhões (-R\$ 12 milhões).

EBITDA

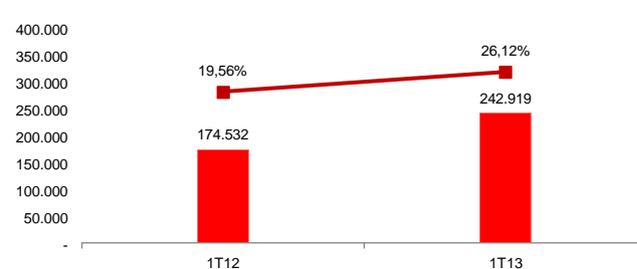
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*

Evolução 1T12 - 1T13



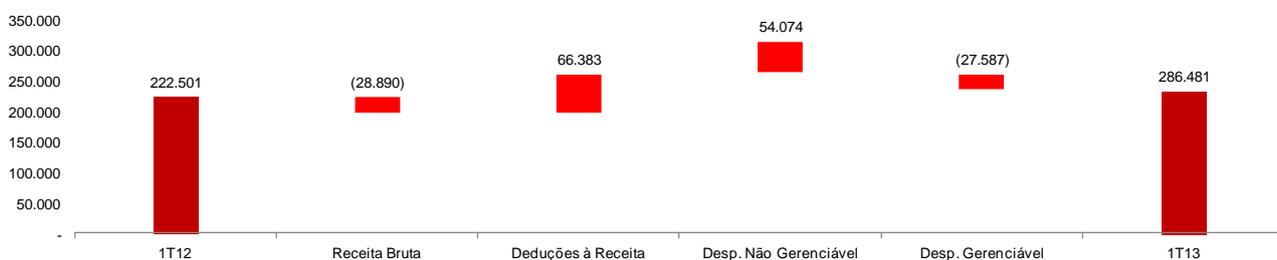
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*

Evolução 1T12 - 1T13



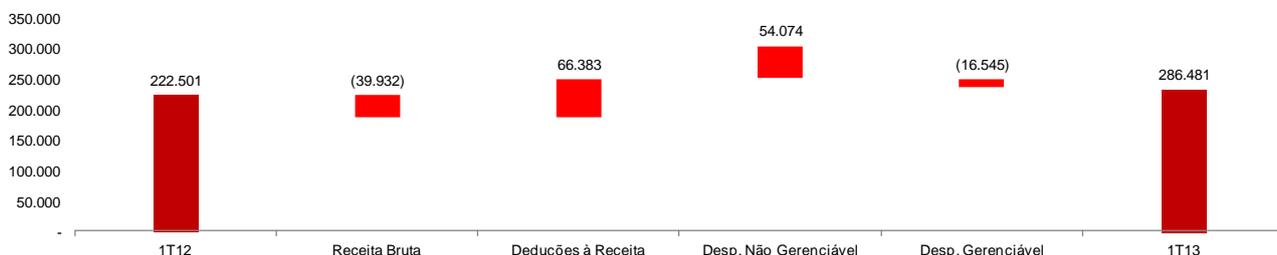
Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*

Evolução 1T12 - 1T13



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 1T12 - 1T13



Com base nas variações expostas acima, o EBITDA da Ampla Energia no 1T13, atingiu o montante de R\$ 286 milhões*, o que representa um acréscimo de 28,8% em relação ao 1T12, cujo montante foi de R\$ 223 milhões* (+R\$ 63 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T13 foi de 30,81%, refletindo um aumento de 5,88 p.p. em relação ao 1T12, de 24,93%*.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Lucro Líquido do Período	159.157	74.116	114,7%	303.013	-47,5%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota Explicativa 33)	81.791	38.110	114,6%	166.643	-50,9%
(+) Resultado Financeiro (Nota Explicativa 32)	1.971	62.306	-96,8%	(235.941)	-100,8%
(=) EBIT	242.919	174.532	39,2%	233.715	3,9%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota Explicativa 31)	43.562	47.969	-9,2%	44.777	-2,7%
(=) EBITDA	286.481	222.501	28,8%	278.492	2,9%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	913	1.629	-44,0%	3.588	-74,6%
Multas e Acréscimos Moratórios	14.270	15.227	-6,3%	13.218	8,0%
Receita Ativo Indenizável	61.708	2.117	-	304.317	-79,7%
Outras Receitas Financeiras	3.002	1.209	148,3%	333	-
Total - Receitas Financeiras	79.893	20.182	295,9%	321.456	-75,1%
Despesas financeiras					
Encargos de Dívidas	(24.773)	(33.260)	-25,5%	(29.045)	-14,7%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(11.814)	(16.500)	-28,4%	(1.407)	-
Encargo de Fundo de Pensão	(11.007)	(12.517)	-12,1%	(12.488)	-11,9%
Multas e Acréscimos Moratórios	(2.445)	(1.273)	92,1%	(1.197)	104,3%
Variações Monetárias	(15.108)	(4.437)	240,5%	(12.126)	24,6%
Indenizações DIC / FIC	(11.953)	(8.470)	41,1%	(3.895)	206,9%
IOF	(724)	(1.148)	-36,9%	(517)	40,0%
Outras Despesas Financeiras	(4.040)	(4.883)	-17,3%	(24.840)	-83,7%
Total - Despesas Financeiras	(81.864)	(82.488)	-0,8%	(85.515)	-4,3%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(1.971)	(62.306)	-96,8%	235.941	-100,8%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

O resultado financeiro da Ampla Energia no 1T13 foi de -R\$ 2 milhões, apresentando uma melhoria de R\$ 60 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que fechou em -R\$ 62 milhões. Esta variação é decorrente, principalmente, das seguintes variações:

Evolução (R\$ 80 milhões versus R\$ 20 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 60 milhões), principalmente, por:

- Incremento na receita de atualização do ativo indenizável (+R\$ 60 milhões):
O incremento observado se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R\$ 62 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição - VNR.

Redução de 0,8% (-R\$ 82 milhões versus -R\$ 83 milhões) nas despesas financeiras (+R\$ 0,5 milhão), principalmente, por:

- Decréscimo de 25,5% (-R\$ 25 milhões versus -R\$ 33 milhões) nos encargos de dívidas (+R\$ 8 milhões):
Esta variação se explica pela redução da dívida bruta da Companhia, em R\$ 4 milhões entre os trimestres comparados, associada à queda do CDI. O CDI médio acumulado reduziu de 10,19% em 1T12 para 6,96% para o mesmo período de 2013.
- Incremento de 240,5% (-R\$ 15 milhões versus -R\$ 4 milhões) nas variações monetárias (-R\$ 11 milhões):
O aumento da variação monetária se explica, basicamente, pelo incremento do IPCA entre os períodos, associada a um maior volume de dívidas indexadas a este indicador, reflexo da 7ª emissão de debêntures da Companhia (R\$ 400 milhões).

IR/CSLL

IR/CSLL (R\$ mil)

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
IR e CSLL	(81.791)	(38.110)	114,6%	(166.643)	-50,9%
Total - IR/CSLL	(81.791)	(38.110)	114,6%	(166.643)	-50,9%

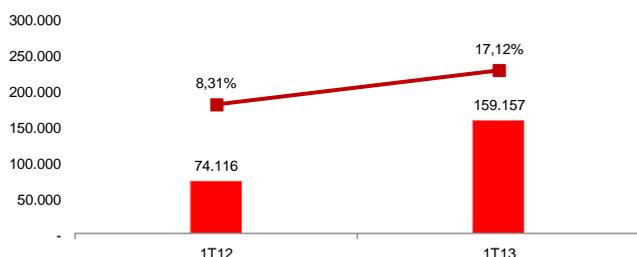
(1) Variação entre 1T13 e 4T12

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T13 registraram -R\$ 82 milhões, um aumento de 114,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 38 milhões (-R\$ 44 milhões), tendo em vista o aumento da base de cálculo dos impostos.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

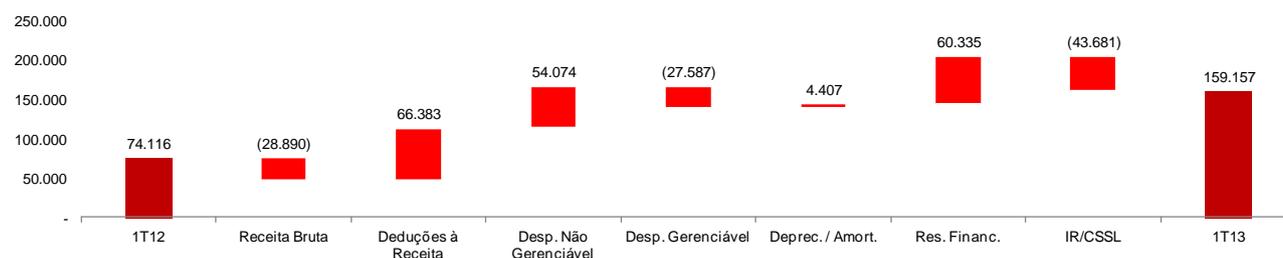
Evolução 1T12 - 1T13



Comentário do Desempenho

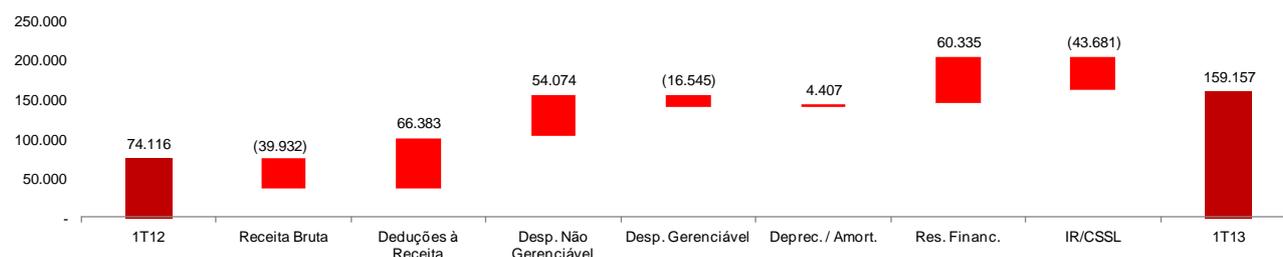
Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 1T12 - 1T13



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil) s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 1T12 - 1T13



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou no 1T13 um lucro líquido de R\$ 159 milhões, valor superior em R\$ 85 milhões ao registrado no 1T12, que foi de R\$ 74 milhões. Desta forma, a Margem Líquida no 1T13 alcançou 17,12%, um acréscimo de 8,81 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, de 8,31%.

Endividamento

INDICADORES DE ENDEVIDAMENTO*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.380.725	1.384.821	-0,3%	1.356.157	1,8%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	33.620	34.973	-3,9%	51.738	-35,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.347.105	1.349.848	-0,2%	1.304.419	3,3%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	1,46	1,72	-15,1%	1,54	-5,2%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	8,08	5,50	46,9%	7,03	14,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,38	0,45	-15,6%	0,40	-5,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,38	0,44	-13,6%	0,39	-2,6%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

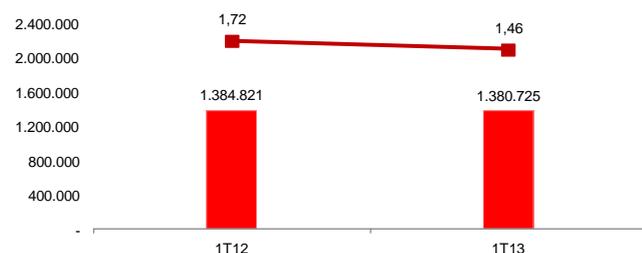
A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o 1T13 em R\$ 1.381 milhões, uma redução de 0,3% em relação ao 1T12, que foi de R\$ 1.385 milhões (-R\$ 4 milhões). Esta variação representa, basicamente, a diferença entre captações de dívidas (R\$ 400 milhões da 7ª emissão de debêntures) e amortizações (R\$ 310 milhões referente à liquidação das 1ª séries da 4ª e da 5ª emissão de debêntures e R\$ 177 milhões em empréstimos bancários).

A Ampla Energia encerrou o 1T13 com o custo médio da dívida em 11,26% a.a., ou CDI + 2,99% a.a.

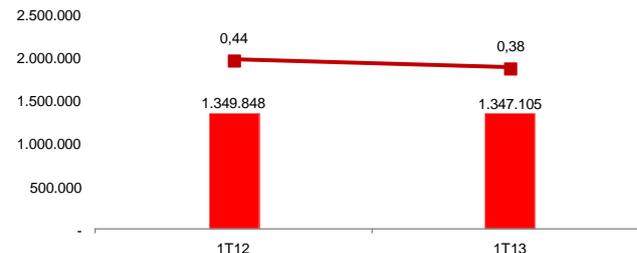
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

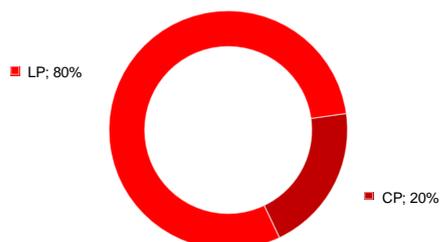
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 1T12 - 1T13



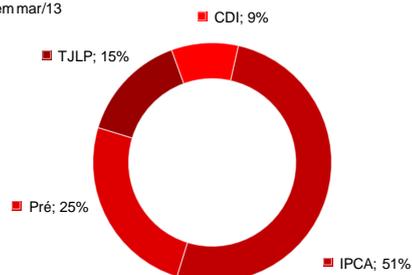
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T12 - 1T13



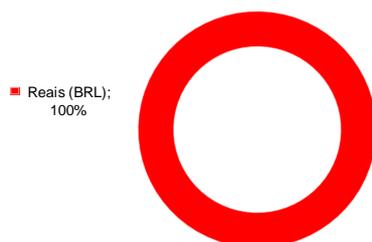
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/13



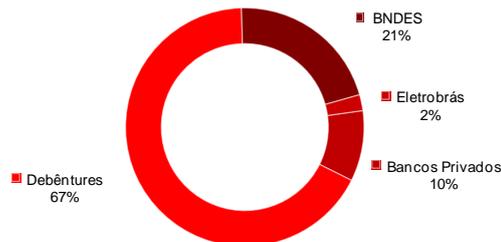
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/13



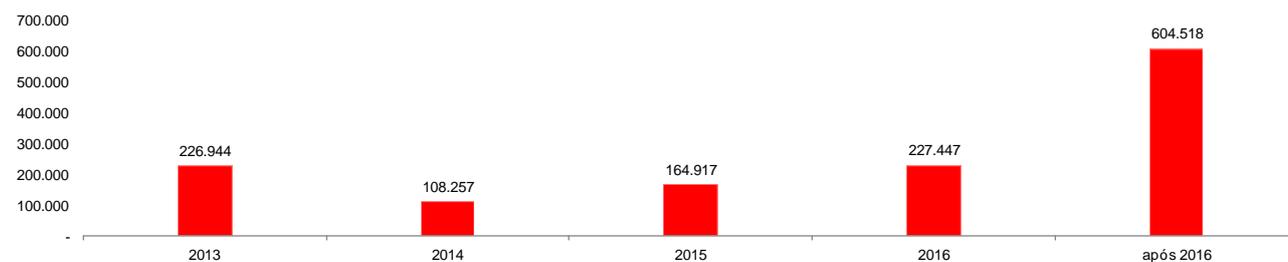
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/13



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/13



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/13



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. % (1)
Investimentos por Demanda	67.193	62.777	7,0%	22.275	201,7%
Novas Conexões	54.619	52.536	4,0%	8.670	-
Atendimento à Demanda	12.574	10.241	22,8%	13.605	-7,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	15.683	8.863	76,9%	19.464	-19,4%
Programa Luz para Todos (PLPT)	-	-	-	-	-
Combate às Perdas	16.474	23.766	-30,7%	69.882	-76,4%
Outros	4.569	(2.627)	-273,9%	13.616	-66,4%
Total Investido	103.919	92.779	12,0%	125.237	-17,0%
Aportes / Subsídios	(1.706)	(5.659)	-69,9%	(5.981)	-71,5%
Investimento Líquido	102.213	87.120	17,3%	119.256	-14,3%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

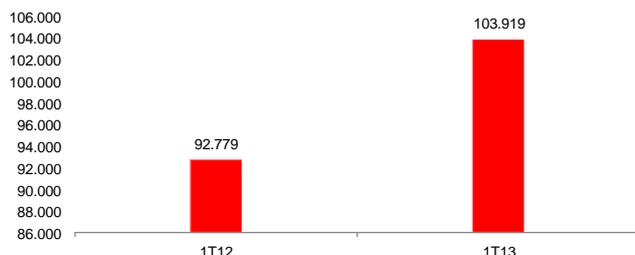
Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 1T13 alcançaram R\$ 104 milhões*, um incremento de 12,0% (R\$ 11 milhões) em relação ao 1T12, cujo montante foi de R\$ 93 milhões*.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia no 1T13 atingiram R\$ 102 milhões*, montante 17,3% superior ao realizado no 1T12 (R\$ 87 milhões).

O maior volume de investimentos no 1T13 foi direcionado aos investimentos em Novas Conexões, que representou 52,6% (R\$ 55 milhões) de todo o valor investido no período mencionado (R\$ 104 milhões).

Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 1T12 - 1T13



Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

Composição no 1T13



Mercado de Capitais

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/MIL AÇÕES)*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Ordinárias - ON (CBEE3)	1,04	1,80	-42,2%	1,13	-8,0%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

INDICADORES DE MERCADO*

	1T13	1T12	Var. %	4T12	Var. %(1)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)					
Cotação (R\$/mil ações)	1,04	1,80	-42,2%	1,13	-8,0%
Média Diária de Negócios	1	3	-66,7%	2	-50,0%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	1.286	4.883	-73,7%	1.451	-11,4%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	4.079	7.061	-42,2%	4.432	-8,0%
Enterprise Value (EV(3)) (R\$ milhões)	5.427	8.410	-35,5%	5.737	-5,4%
EV/EBITDA(4)	5,73	10,47	-45,3%	6,50	-11,8%
Preço da Ação / Lucro por Ação(4) (P/L)	7,05	31,32	-77,5%	8,98	-21,5%
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	1,87	4,13	-54,7%	2,16	-13,4%

(1) Variação entre 1T13 e 4T12

(3) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(4) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

0,36% do Capital Social da Ampla estão em livre negociação na BM&FBovespa e representam o seu *free float*. 99,64% estão nas mãos do grupo controlador.

A Ampla possui, atualmente, apenas um papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 1T13 teve uma média de 1 negócio diário e um volume financeiro diário médio de R\$ 1,3 mil.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou desvalorização (sem ajuste por proventos) de 42,2% nos últimos 12 meses até março de 2013, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram, respectivamente, desvalorizações de 12,6% e 21,3%. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a desvalorização da ação ordinária (CBEE3) seria de 42,0%.

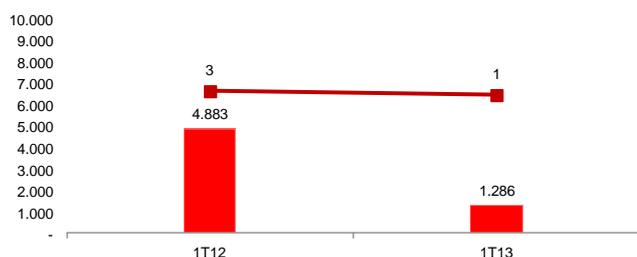
Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamerica S.A. ("Endesa Latam") concluiu com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") o processo de compra e venda de ações, por meio do qual a Endesa Latam adquiriu as 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia e, conseqüentemente, deu início a Oferta Pública de Aquisição – OPA, cuja conclusão se deu em 16 de abril de 2012, com a realização do leilão na BM&FBovespa, adquirindo um lote adicional de 10.354.610 ações ordinárias.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

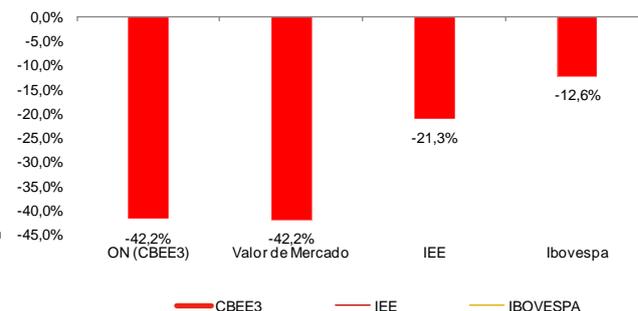
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 1T12 - 1T13



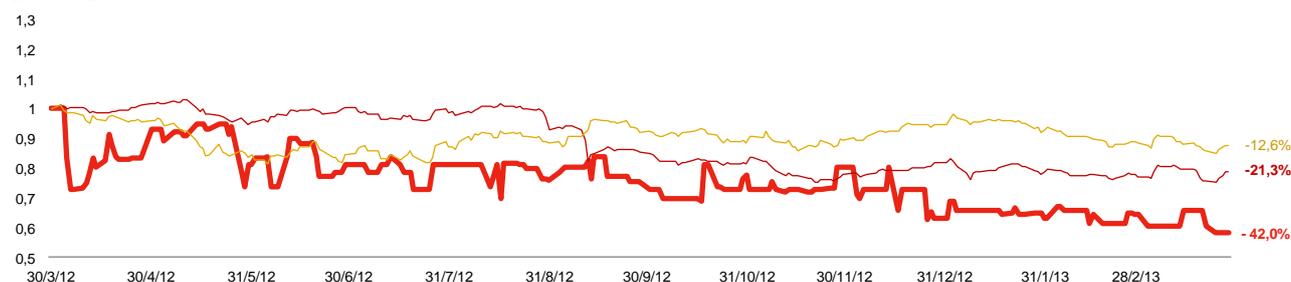
Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*

Dados até mar/13



Evolução diária CBEE3, IEE e IBOVESPA - base 1

Dados de 12 meses - até mar/13



5

TEMAS RELEVANTES

Medida Provisória (MP) 579 e Lei 12.783

Com o objetivo de trazer maior competitividade à indústria nacional, reduzir as tarifas de energia aos consumidores finais e definir as regras para a renovação das concessões dos agentes do setor elétrico brasileiro, o Governo Federal editou, em setembro de 2012, a Medida Provisória 579, que posteriormente foi transformada na Lei 12.783 em janeiro de 2013.

Como consequência da referida Lei, o Governo promoveu uma redução estrutural de 20%, em média, nas tarifas de energia das distribuidoras, através das seguintes decisões:

- Definição de novas condições para a renovação dos contratos de concessão de geração e transmissão, em que:
 - Os ativos não depreciados foram indenizados (valorados pelo Valor Novo de Reposição – VNR) e para o próximo período de concessão somente receberão tarifa regulada de O&M;
 - Redistribuição de toda energia dos geradores que renovaram através das cotas de energia para distribuidoras;
 - Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa.
- Redução dos encargos setoriais;
- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto via CDE.

As novas tarifas passaram a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013. Tendo em vista que as reduções das tarifas vieram acompanhadas de reduções em encargos setoriais e nos custos de compra de energia e custos de transmissão, esta redução apresenta impacto neutro das margens da Companhia e no seu EBITDA.

Decreto 7.945

Com o objetivo de auxiliar as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, o Governo Federal editou o Decreto 7.945 em março de 2013, que prevê o repasse, a estas companhias, de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Este auxílio se fez necessário devido aos elevados custos com as quais as distribuidoras incorreram desde finais de 2012, em função dos seguintes fatores:

- Descontratação causada pela não adesão à renovação de algumas concessões de geração;
- Risco hidrológico decorrente da alocação de cotas;
- Despacho de usinas termoeletricas para garantir a segurança energética.

Todos estes fatores, de acordo com a metodologia vigente de revisões e reajustes tarifários, serão repassados ao consumidor final, no momento da revisão ou do reajuste tarifário. No entanto, tendo em vista os elevados custos incorridos, muitas distribuidoras sofreram graves situações de liquidez e de pressão em seu caixa, o que levou o Governo Federal lançar mão desta medida.

Reajuste Tarifário Anual de 2013

O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2013, com vigência a partir do dia 15 de março de 2013, estabeleceu um aumento nas tarifas de 12,23%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia foi um aumento de 12,13%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Endesa Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 9 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 13 de maio de 2013.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas na imprensa oficial em 25 de abril de 2013, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM.

As normas e pronunciamentos emitidos e revisados que entraram em vigor em 2013 também foram analisados e trouxeram impactos para estas informações trimestrais, conforme descrito na Nota 3. Outras normas e pronunciamentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

3. Aplicação retrospectiva CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do CPC referente ao pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33 (R1)").

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor (que não se aplica para a Ampla) e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial (que não produziu impacto retrospectivo relevante).

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Em virtude da adoção do CPC 33 (R1) não ter produzido efeitos relevantes nas informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia não está apresentando os respectivos efeitos retrospectivos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Lei Nº 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP nº 579/12”), que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação da Lei nº 12.783/13, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995 (“Lei nº 9.074/95”), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783/13 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%.

Algumas usinas não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13, o que gerou um efeito adverso para as distribuidoras de energia elétrica. O montante de contratos disponíveis das usinas renovadas foi distribuído em cotas para as distribuidoras, no entanto, como houve usinas que não renovaram suas concessões, estas não foram cotizadas, o que gerou falta de contratos no mercado. Adicionalmente, houve a rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL. Desta forma, a insuficiência de contratos faz com que as distribuidoras tenham que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia, entretanto, como se tratam de custos não gerenciáveis, serão repassados às tarifas nos próximos reajustes tarifários.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Decreto ANEEL nº 7.945/13

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram os menores patamares desde 2001, o despacho das usinas térmicas está direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não tem gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado enfrentado pelas distribuidoras nesse período.

Os recursos cobertos por esse repasse de CDE totalizaram R\$ 304.576 em 31 de março de 2013, dos quais R\$ 66.725 foram recebidos em 07 de abril de 2013, e estão relacionados aos seguintes eventos: (i) Encargos de Serviços do Sistema - ESS (despacho fora da ordem de mérito para segurança energética) no valor de R\$55.519; (ii) Risco hidrológico (Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das cotas) no valor de R\$ 43.096; (iii) Exposição involuntária (Exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD limitado ao montante não atendido pela alocação de cotas, no valor de R\$92.943; e (vi) CVA ESS e Energia (valor integral ou parcial relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda), no valor de R\$ 113.018. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, e contabilizado na rubrica "Contas a receber CDE – Decreto nº 7.945/2013" em contrapartida á conta de resultado "Energia comprada para revenda".

Os referidos recursos foram definidos através da resolução homologatória nº 1.510, de 11 de abril de 2013, Despacho 1.312 de 11 de abril de 2012 e Nota técnica n 147 de 2013- SER/ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e contas correntes bancárias	12.205	7.219
Aplicações financeiras	9.081	13.594
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.286</u>	<u>20.813</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações diretas		
Operações compromissadas	-	303
Total de aplicações diretas	<u>-</u>	<u>303</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	5.031	10.447
Operações compromissadas	4.050	2.844
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>9.081</u>	<u>13.291</u>
	<u>9.081</u>	<u>13.594</u>

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>1.731</u>	13.795
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	5.493	8.518
Fundos de investimento não exclusivos	4.530	7.338
Outros	580	1.274
	<u>10.603</u>	<u>17.130</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>12.334</u>	<u>30.925</u>

Através de fundos de investimentos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Consumidores, concessionários e permissionários

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Vincendos	Vencidos até	Vencidos há	Total	
		90 dias	mais de 90 dias	31/03/2013	31/12/2012
Circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	110.565	85.711	31.883	228.159	241.852
Industrial	34.107	5.411	13.483	53.001	56.328
Comercial	48.456	19.640	20.961	89.057	86.480
Rural	10.424	1.484	2.250	14.158	13.597
Poder público Iluminação Pública	41.030	29.347	17.638	88.015	93.654
Serviço público	4.329	137	17	4.483	5.799
Revenda	6.218	-	-	6.218	4.966
Subtotal	255.129	141.730	86.232	483.091	502.676
Receita não faturada (e)	132.149	-	-	132.149	174.670
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	10.354
Encargo de capacidade emergencial (c)	2.790	-	-	2.790	2.797
Outros créditos	212	-	-	212	250
Subtotal	390.280	141.730	90.368	622.378	690.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	-	-	(110.620)	(107.213)
Total circulante	390.280	141.730	90.368	511.758	583.534
Não circulante					
Parcelamento de débitos (d)	72.900	-	-	72.900	77.701
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	-	-	(51.263)	(49.538)
Total não circulante	72.900	-	-	21.637	28.163

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	(163.431)
(Adição)	(82.420)
Baixa	89.100
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(156.751)
(Adição)	(18.750)
Baixa	13.618
Saldos em 31 de março de 2013	(161.883)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia, mensalmente, cobra dos consumidores e repassa ao Poder Concedente os valores arrecadados referentes à inadimplência passada, ainda não sanada por aqueles consumidores.

d) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

e) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

9. Subvenção de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Subvenção de baixa renda--Continuação

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de cadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 18.087 (R\$ 14.852 em 31 de dezembro de 2012).

10. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 14.792.

11. Tributos a compensar

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	8.290	-	7.685	-
ICMS	60.274	69.833	28.695	64.413
PIS e COFINS	6.729	26.402	5.559	26.286
Outros tributos	2.370	-	2.359	-
Total de tributos a compensar	77.663	96.235	44.298	90.699

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Tributos a compensar--Continuação

O crédito de ICMS, registrado no ativo circulante e no ativo não circulante, no valor total de R\$ 130.107 em 31 de março de 2013 (R\$ 93.108 em 2012) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

12. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	31/03/2013		31/12/2012	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de investimento	-	-	-	8.027
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	29.241	-	28.022	-
Total		29.241	-	28.022	8.027

Em 31 de março de 2013, as cauções e depósitos correspondem a garantia financeira do mercado de curto prazo de energia elétrica e aplicação de recursos retidos de fornecedores, para constituição de garantias à empresa, conforme cláusulas contratuais. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, de baixo risco.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Outros créditos

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.402	3.403
Sindicato	5.658	5.658
Serviço em curso	(a) 44.254	43.995
Consumidores - serviços prestados	(b) 63.492	61.379
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.795	2.796
Convênio de arrecadação	(c) 8.484	24.092
Adiantamentos a empregados	3.804	3.001
Assistência médica aposentados	6.241	5.990
Adiantamentos a fornecedores	1.426	5.275
Outros devedores	1.385	358
Provisão para perda na realização de outros créditos	(d) (27.189)	(26.763)
Total	<u>113.752</u>	<u>129.184</u>

- (a) Serviço em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.
- (b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- (c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.
- (d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	(31.930)
Reversão	5.167
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(26.763)</u>
Adição	<u>(426)</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>(27.189)</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativo						
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	99.669	97.569	35.881	35.125	135.550	132.694
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.268	45.878	17.016	16.516	64.284	62.394
Provisão para perdas de estoque	282	45	101	16	383	61
Outras provisões	4.533	4.533	1.632	1.632	6.165	6.165
Desreconhecimento de ativo regulatório	9.946	21.667	3.582	7.801	13.528	29.468
Benefício pós emprego	116.511	116.511	41.944	41.944	158.455	158.455
Total de tributos diferidos ativos	278.209	286.203	100.156	103.034	378.365	389.237

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Passivo						
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	6.949	6.950	2.501	2.502	9.450	9.452
Ativo indenizável (concessão)	35.118	80.479	95.523	29.180	130.641	109.659
SWAP	1.058	-	381	-	1.439	-
Total de tributos diferidos passivos	43.125	87.429	98.405	31.682	141.530	119.111

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.307	28.686
Adições ao resultado do exercício	55.797	94.480
Reduções do resultado do exercício	(53.803)	(4.055)
Reduções de outros resultados abrangentes	(21.064)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	389.237	119.111
Adições ao resultado do exercício	48.449	21.040
(Reduções do resultado do exercício)	(59.321)	(60)
Adições de outros resultados abrangentes	-	1.439
Saldos em 31 de março de 2013	378.365	141.530

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/3/2013	31/12/2012
2013	31.357	47.036
2014	40.511	40.511
2015	40.163	40.163
2016	40.080	40.080
2017 a 2019	119.943	119.943
2020 a 2022	106.311	101.504
	378.365	389.237

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

15. Depósitos vinculados a litígios (depósitos judiciais)

	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas	123.160	118.709
Cíveis	28.217	30.396
Fiscais	1.307	1.307
Total	152.684	150.412

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão.

Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº12.783/13, a Administração da Companhia procedeu ao recálculo do ativo indenizável levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do período findo em 31 de março de 2013 foi reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro no montante de R\$ 61.708.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	561.536
Transferências do ativo intangível	163.117
Receita financeira - ativo indenizável	307.410
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.032.063
Transferências do ativo intangível	(3.698)
Receita financeira - ativo indenizável	61.708
Saldo em 31 de março de 2013	1.090.073

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Intangível

	31/03/2013			31/12/2012	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	3.910.728	(1.677.934)	(249.360)	1.983.434	2.051.584
Software	115.044	(79.489)	-	35.555	9.659
Em Curso	-	-	-	-	-
Direito de uso da concessão	687.719	-	(40.306)	647.413	547.699
Software	24.472	-	-	24.472	24.133
Total	4.737.963	(1.757.423)	(289.666)	2.690.874	2.633.075

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.973.317	(1.536.391)	(265.664)	2.171.262	406.897	(12.653)	394.244	2.565.506
Adições	-	-	-	-	430.119	(26.473)	403.646	403.646
Baixas	(4.787)	3.766	-	(1.021)	-	-	-	(1.021)
Amortização	-	(185.399)	13.460	(171.939)	-	-	-	(171.939)
Transferências	226.423	-	(365)	226.058	(226.423)	365	(226.058)	-
Transferências para o ativo indenizável	(163.117)	-	-	(163.117)	-	-	-	(163.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.031.836	(1.718.024)	(252.569)	2.061.243	610.593	(38.761)	571.832	2.633.075
Adições	-	-	-	-	101.629	(1.705)	99.924	99.924
Baixas	(9.793)	6.423	-	(3.370)	-	-	-	(3.370)
Amortização	-	(45.822)	3.369	(42.453)	-	-	-	(42.453)
Transferências	31	-	(160)	(129)	(31)	160	129	-
Transferências para o ativo indenizável	3.698	-	-	3.698	-	-	-	3.698
Saldo em 31 de Março de 2013	4.025.772	(1.757.423)	(249.360)	2.018.989	712.191	(40.306)	671.885	2.690.874

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma não linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Intangível--Continuação

Programa de universalização--Continuação

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução Normativa nº 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

18. Fornecedores

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	7.071	17.515
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	4.561	-
Cotas de garantia física	6.752	-
Itaipu (Eletrobras)	39.144	52.105
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	-	11.256
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	5.510	7.644
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	3.150	3.662
Encargo de uso da rede	9.242	18.892
Contrato de uso do sistema de distribuição - Light	13.037	17.442
Câmara de comercialização de energia elétrica - SPOT	105.839	39.740
Decreto nº 7.945/13 - recursos CDE	191.558	-
MCSO - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	6.487	19.300
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	26.552	39.756
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado - CCEAR's	41.725	69.734
Materiais e serviços	118.996	153.387
Total	<u>579.624</u>	<u>450.433</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Fornecedores--Continuação

- (a) O valor de R\$ 191.558 corresponde aos custos recuperáveis através dos recursos da CDE relacionados (i) aos Encargos de Serviços do Sistema - ESS; (ii) ao risco hidrológico; e (iii) à exposição involuntária limitada ao montante não atendido pela alocação de cotas, dos quais R\$ 89.572 se refere ao mês de janeiro de 2013 e R\$101.985 se refere aos meses de fevereiro e março de 2013, tendo sido liquidados pela Companhia em 08 de abril e 07 de maio de 2013, respectivamente. A recuperação desses valores está previsto no Decreto n° 7.945/13, conforme comentado na Nota 5.

19. Obrigações Fiscais

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	23.080	-	18.636	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	2.624	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	34.118	-	25.456	-
Programa de integração social - PIS	7.281	-	5.401	-
Imposto sobre serviços - ISS	316	-	615	-
INSS s/ terceiros	5.101	-	5.520	-
Parcelamento especial	(a) 5.577	940	6.956	1.006
Outros	1.670	-	2.302	-
Total	77.143	940	67.510	1.006

a) Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), Esse parcelamento tem prazo de 126 meses, com previsão de término em janeiro de 2014. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2013 de R\$4.825 (R\$6.245 em dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Obrigações fiscais--Continuação

a) Parcelamento especial--Continuação

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2013 é de R\$1.692 (R\$1.717 em dezembro de 2012).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/03/2013			31/12/2012		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	6.245	1.717	7.962	12.657	2.279	14.936
(-) Pagamentos	(1.703)	(187)	(1.890)	(6.676)	(664)	(7.340)
(+) Atualização	283	162	445	264	102	366
Saldo final	4.825	1.692	6.517	6.245	1.717	7.962
Circulante	4.825	752	5.577	6.245	711	6.956
Não circulante	-	940	940	-	1.006	1.006
Total do passivo	4.825	1.692	6.517	6.245	1.717	7.962

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

		31/03/2013			31/12/2012		
		Principal		Encargos	Principal		Encargos
		Encargo	Circulante		Não circulante	Circulante	
BNDES (Finame)	(a)	7	2.214	1.330	7	2.214	1.884
BNDES (Capex 2011)	(b)	311	10.140	73.507	280	10.210	75.942
BNDES (Capex 2011)	(b)	346	19.305	82.047	341	19.324	86.846
BNDES (Capex 2011)	(b)	387	19.305	82.047	379	19.324	86.846
Eletrobrás	(c)	3	2.940	16.069	3	2.940	16.804
Eletrobrás	(d)	2	1.071	9.634	2	536	10.169
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos	(e)	-	-	-	795	20.000	-
Conta Garantida Banco Alfa S.A.	(e)	-	30.000	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A	(e)	2.471	100.000	-	612	100.000	-
Total de empréstimos e financiamentos		3.527	184.975	264.634	2.419	174.548	278.491

		Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame)	(a)	15/01/2010	15/10/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,5%
BNDES (Capex 2011)	(b)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011)	(b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	(b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
Eletrobrás	(c)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6%
Eletrobrás	(d)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos	(e)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Conta Garantida Banco Alfa S.A.	(e)	28/02/2013	29/05/2013	Bullet	-	CDI+0,80%
Banco do Brasil S.A	(e)	05/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%

a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.

b) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.

d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.

e) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2013:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de Giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de Giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/3/2013	31/12/2012
2014	41.704	55.824
2015	53.832	53.940
2016	53.703	53.811
2017	53.315	53.423
2018	32.769	32.633
Após 2018	29.311	28.860
Total não circulante	264.634	278.491

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Variação dos indexadores da dívida em 31 de março de 2013 e 2012:

Indexador	31/03/2013	31/03/2012
IPCA	1,94%	1,22%
IGP-M	0,50%	0,62%
TJLP	1,23%	1,47%
CDI	1,61%	2,45%
SELIC	1,65%	2,48%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499
Captações	-	67.362	67.362
Encargos provisionados	49.962	-	49.962
Transferências	178.511	(178.511)	-
Amortizações	(243.856)	-	(243.856)
Encargos pagos	(56.509)	-	(56.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	176.967	278.491	455.458
Captações	-	32.106	32.106
Encargos provisionados	8.705	-	8.705
Transferências	45.963	(45.963)	-
Amortizações	(35.535)	-	(35.535)
Encargos pagos	(7.598)	-	(7.598)
Saldos em 31 de março de 2013	188.502	264.634	453.136

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Debêntures

	31/03/2013			31/12/2012		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
2ª série - 5ª emissão	3.624	54.724	109.447	459	53.519	107.038
1ª série - 6ª emissão	2.561	-	117.000	328	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	12.323	-	202.280	8.290	-	197.913
1ª série - 7ª emissão	2.139	-	100.000	274	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	14.644	-	315.849	9.872	-	309.031
(-) Custo a amortizar	-	(1.118)	(4.083)	-	(1.122)	(4.334)
Total sem efeito de swap	35.291	53.606	840.493	19.223	52.397	826.648
Resultado das operações de swap	-	927	(2.728)	-	123	2.308
Total de debêntures	35.291	54.533	837.765	19.223	52.520	828.956

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073
Amortização	(300.330)	-	(300.330)
Captação	-	400.000	400.000
Encargos provisionados	75.713	-	75.713
Encargos pagos	(75.482)	-	(75.482)
Variação monetária	-	27.937	27.937
Transferência de prazos	53.519	(53.519)	-
Custo de transação amortizado	(189)	(2.454)	(2.643)
Resultado de swap	123	2.308	2.431
Em dezembro de 2012	71.743	828.956	900.699
Encargos provisionados	16.068	-	16.068
Variação monetária	-	14.801	14.801
Transferência de prazos	1.205	(1.205)	-
Custo de transação amortizado	3	250	253
Resultado de swap	805	(5.037)	(4.232)
Em março de 2013	89.824	837.765	927.589

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

Características das emissões:

Características	5ª emissão	
	2ª Série	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografária	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	13.467 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 10.000	
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2013	
Vencimento final	15 de dezembro de 2015	
Atualização monetária	IPCA	
Repactuação	Não haverá	
Remuneração	IPCA+8,30%aa	
Exigibilidade de juros	Anual	
Amortizações	Em três parcelas anuais	
Data das amortizações	2013, 2014 e 2015	

Características	6ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,2%aa	IPCA+7,90%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02%aa	IPCA+6,00%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Até 31 de março de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 300.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Até 31 de março de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 400.000. A operação possui swap para 100% da tranche em CDI.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Até 31 de março de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Debêntures--Continuação

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
5ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
5ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do *swap*:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª série - 5ª emissão	54.749	54.698	-	-	-	109.447
1ª série - 6ª emissão	-	58.500	58.500	-	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	67.459	67.459	67.362	202.280
1ª série - 7ª emissão	-	-	50.000	50.000	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	-	-	-	105.334	210.515	315.849
(-) Custo de transação	(833)	(1.042)	(835)	(669)	(704)	(4.083)
Total a amortizar	53.916	112.156	175.124	222.124	277.173	840.493

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	31/03/2013				31/12/2012			31/03/2012
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
Enersis Agência Diversos	235	-	99	-	235	2	99	(2.298)
Fundação Brasiletros Fundo de Pensão	(a) -	-	483.063	(11.386)	-	-	480.896	(12.517)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia Compra de energia	(b) -	325	-	(740)	-	417	-	(944)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A Compra de energia	(c) -	783	-	(1.949)	-	586	-	(1.535)
Total de transações com partes relacionadas	235	1.108	483.162	(14.075)	235	1.005	480.995	(17.294)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(483.063)	-	-	-	(480.896)	-
Total	235	1.108	99	(14.075)	235	1.005	99	(17.294)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no período findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 11.386 (R\$ 12.517 em 31 de março 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R\$ 740 no período findo em 31 de março de 2013 (R\$ 944 em 31 de março de 2012). Em 31 de março de 2013, o saldo no passivo era de R\$ 325 (R\$ 417 em 31 de dezembro de 2012).

c) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão no 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº147, de 23 de fevereiro de 2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31 de dezembro de 2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 1.949 como custo de energia comprada no primeiro trimestre de 2013 (R\$ 1.535 em 31 de março de 2012) e o correspondente passivo de R\$ 783 em 31 de março de 2013 (R\$ 586 em 31 de dezembro de 2012).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de março de 2013 é de R\$ 1.516 (R\$ 1.515 em 31 de março de 2012).

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Benefícios de curto prazo	1.508	1.490
Benefícios pós-emprego	8	25
Total	<u>1.516</u>	<u>1.515</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Conta de consumo de combustível – CCC	-	-	5.377	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.424	-	8.861	-
Reserva global de reversão – RGR	16.741	-	16.741	-
Encargo de energia reserva - EER	-	-	866	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	28.136	7.009	28.136	3.059
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.739	3.042	16.134	1.321
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(175)	-	(120)	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(87)	-	(60)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	-	101	-
Encargos ex-isolados	41	-	1.667	-
Total	62.920	10.051	77.703	4.380

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

24. Energia Livre

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Energia livre	26.980	4.271	31.251	26.615	4.217	30.832
	26.980	4.271	31.251	26.615	4.217	30.832

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Outras obrigações

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Arrecadação de terceiros	13.100	5.879
Fundo de pensão	3.067	1.731
Multas parceladas	3.285	4.823
Conta paga em duplicidade	2.000	1.242
Outros	3.501	565
Total	24.953	<u>14.240</u>
Circulante	24.370	13.658
Não circulante	583	582

26. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de março de 2013, no montante de R\$ 483.063 (R\$ 480.896 em 31 de dezembro de 2012), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Custo do serviço	379	18
Custo dos juros líquidos	11.007	12.499
Total de despesas / (receitas)	<u>11.386</u>	<u>12.517</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Principais premissas atuariais</u>	<u>Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA</u>	<u>Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV</u>	<u>Plano de Assistência Médica</u>
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	11,10%	11,10%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	6,59%	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q _x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos	q _x da AT-49 (+6)	q _x da AT-49	N/A

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	31/12/2011		31/12/2012			
	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Acordos judiciais	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	153.594	974	9.288	(8.744)	-	155.112
Cíveis (b)	322.449	25.988	32.126	(64.100)	(101.851)	214.612
Fiscais (c)	21.327	502	5.618	(260)	-	27.187
Total	497.370	27.464	47.032	(73.104)	(101.851)	396.911

	31/12/2012		31/03/2013		
	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	155.112	(162)	2.116	(1.981)	155.085
Cíveis (b)	214.612	10.693	7.174	(11.835)	220.644
Fiscais (c)	27.187	117	2.524	(577)	29.251
Total	396.911	10.648	11.814	(14.393)	404.980

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- ▶ URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 54.204 em 31 de março de 2013 (R\$ 53.430 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Reintegração ao emprego, no montante de R\$ 4.860 em 31 de março de 2013 (R\$ 5.155 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Vínculo empregatício, no montante de R\$ 7.984 em 31 de março de 2013 (R\$ 7.8651 em 31 de dezembro de 2012);

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Riscos trabalhistas--Continuação

- ▶ Horas extras, no montante de R\$ 3.832 em 31 de março de 2013 (R\$ 3.784 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Acidente de trabalho, no montante de R\$ 962 em 31 de março de 2013 (R\$ 947 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Diferenças salariais, no montante de R\$ 3.870 em 31 de março de 2013 (R\$ 3.815 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Adicional de periculosidade, no montante de R\$ 3.223 em 31 de março de 2013 (R\$ 3.474 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Diferença de FGTS, no montante de R\$ 1.140 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.124 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Enquadramento, no montante de R\$ 2.025 em em 31 de março de 2013 (R\$ 1.995 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Ticket-refeição, no montante de R\$ 2.716 em 31 de março de 2013 (R\$ 2.678 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Plano de desligamento incentivado, no montante de R\$ 1.700 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.675 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Verbas rescisórias, no montante de R\$ 1.751 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.726 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Danos morais, no montante de R\$ 928 em 31 de março de 2013 (R\$ 913 em 31 de dezembro de 2012);
- ▶ Abono salarial, no montante de R\$ 591 em 31 de março de 2013 (R\$ 583 em 31 de dezembro de 2012).
- ▶ Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos "patrulheiros", no montante de R\$ 12.993 em 2012 e sem alteração em 31 de março de 2013.

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 31 de março de 2013 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o processo que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irrevogável e irretratável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R\$ 101.851.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 9.872 (R\$ 9.241 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui dois Autos de Infração lavrados pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98 e novembro/1998 a março/1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligências realizadas em 2012, constituir provisões equivalentes a 40% e 20%, respectivamente, das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 5.665 (valor total do auto de R\$ 14.164), e de R\$ 495 (valor total do auto R\$ 2.475).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

As principais contingências possíveis são:

		<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	(a)	356.495	346.459
Cíveis	(b)	500.239	496.137
Fiscais	(c)	1.522.324	1.475.135
Juizados especiais		145.497	131.887
		<u>2.524.556</u>	<u>2.449.618</u>

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em decisão de 2ª instância a Companhia obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia foi intimada da decisão da Câmara Superior de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração que aguardam apreciação. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 824.290 (R\$ 819.886 em 31 de dezembro de 2012).

COFINS - Auto de Infração período pós-imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 5 de maio de 2010, A Companhia foi notificada dessa decisão. Em 5 de julho de 2010, a Companhia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26 de julho de 2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013, é de R\$ 180.278 (R\$ 179.434 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Companhia o recurso administrativo apresentado. Em 1 de novembro de 2010 a Companhia apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 9 de maio 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, a Companhia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 1 de novembro de 2012. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. Tal ação teve a medida liminar deferida em 13 de novembro de 2012. Em 09 de janeiro de 2013 o Estado do Rio de Janeiro apresentou agravo em face da decisão liminar concedida e o recurso aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 225.152 (R\$ 210.400 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui 4 Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Em relação ao primeiro auto de infração a Ampla obteve decisão de segunda instancia parcialmente favorável. Em 05/04/2013, a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno. Para os 2 primeiros autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento, em julgamento ocorrido em fevereiro de 2013 foi determinada a conversão do julgamento em diligencia para reapuração dos valores objeto do auto de infração excluindo-se os créditos indevidamente glosado. Aguarda-se a conclusão da diligência.

Os valores atualizados dos 4 autos em 31 de março de 2013 montam, respectivamente, R\$ 8.498 (valor total do auto R\$ 14.164), R\$ 1.980, R\$ 2.475, R\$ 22.124 e R\$ 57.358 (R\$ 6.946, R\$ 1.776, R\$ 22.124 e R\$ 47.390, respectivamente em 31 de dezembro de 2012). Em relação aos dois primeiros autos de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de março de 2013, de, respectivamente, R\$ 5.665 e R\$ 495, equivalente a 40% e 20% das autuações por entender que a probabilidade de perda destes percentuais é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado--Continuação

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro de 1998 a março de 1999 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 17.015 (R\$ 15.931 em 31 de dezembro de 2012). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Companhia.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 19.780 (R\$ 16.236 em 31 de dezembro de 2012).

ICMS - Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de março de 2013 de R\$ 12.577 e R\$ 13.650 (R\$ 11.774 e R\$ 12.785 em 31 de dezembro de 2012), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro de 1998 a agosto de 2000.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Saída de bens para reparação--Continuação

No primeiro processo: em 9 de dezembro de 2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14 de dezembro de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração. Em 12 de maio de 2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30 de maio de 2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 7 de junho de 2011, foi publicada sentença que julgou improcedente a ação anulatória. Em 13 de junho de 2011, a Companhia opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dezembro de 2011. A Companhia apresentou recurso de apelação em 10 de fevereiro de 2012 para o qual aguarda julgamento.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 4.910 (R\$ 4.592 em 31 de dezembro de 2012).

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores.

A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto. Em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instancia administrativa negando provimento à impugnação e aguarda-se intimação da empresa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 29.943 (R\$ 23.931 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012. Houve realização de diligência em março de 2013 e aguarda-se intimação para ciência do resultado da diligência, bem como julgamento de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2013 é de R\$ 7.123 (R\$ 5.771 em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de uso de solo

A Companhia possui oito processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 75.019 (R\$ 74.043 em 2012). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em 6 Execuções Fiscais. O mandado de segurança proposto pelo Município de Itaboraí referente aos anos de 2003 a 2009 teve decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Companhia. Em 03/04/2013, a decisão favorável a companhia transitou em julgado. O valor envolvido nesse processo era de R\$ 48.052

Na execução fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 no valor de R\$ 4.939 foi publicada decisão que determinou a devolução do prazo ao Município de Niterói para interposição de recurso. Em 27 de julho 2012, o Município apresentou agravo.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

Taxa de uso de solo--Continuação

Em 10 de setembro de 2012 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo e em 19 de setembro de 2012 foram opostos embargos de declaração pelo Município. Em 19 de outubro de 2012, publicada decisão que não acolheu os Embargos de Declaração. Em 12 de novembro de 2012, o Município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 9.593 (R\$ 9.522 em 2012), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 2 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de março de 2013 de R\$ 1.544 (R\$ 1.524 em 31 de dezembro de 2012), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Companhia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empacramento

Em 1 de junho de 2009, a Companhia ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacramento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de março de 2013 é de R\$ 6.250 (R\$ 6.250 em 31 de dezembro de 2012). Em maio de 2010, a Companhia apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Em agosto de 2012 acolheu-se a preliminar do recurso apresentado pelo Município para anular a sentença em razão da falta de intimação dele para impugnar os Embargos de declaração opostos pela Ampla. Acórdão publicado em janeiro de 2013. Em 24/01/2013 foram apresentados embargos de declaração que aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

c) Riscos fiscais--Continuação

Taxa de empachamento--Continuação

A companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até março de 2013 de R\$ 5.241 (R\$ 4.820 em 31 de dezembro de 2012)

Ativo contingente

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração.

O valor atualizado deste processo em 31 de março de 2013 é de R\$ 111.922 (R\$ 116.073 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que não foi admitido no Tribunal. Aguarda-se ciência da União acerca da decisão de inadmissão de seu recurso.

d) Pequenas causas

Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de março de 2013 e 2012, conforme composição acionária abaixo.

Acionista	31/03/2013 e 31/12/2012	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34
Cono Sur Participaciones SL	302.186.887.655	7,70
Outros	14.238.838.779	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 80% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de energia, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Excesso das reservas de lucros

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2013, deliberou que a destinação do saldo existente na conta de reserva de reforço de capital de giro (Nota 28.c), que reduziria o saldo das reservas de lucros, será apreciada na próxima Assembleia Geral Extraordinária, a ser convocada pela Administração da Companhia, em data a ser oportunamente fixada, dentro do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2013.

g) Outros resultados abrangentes

O CPC 38 determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de março de 2013 o montante líquido de R\$ 2.793 (R\$ 1.604 em 31 de dezembro de 2012) na rubrica de outros resultados abrangentes.

29. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro Líquido	159.157	74.116
Numero de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,040575	0,0188950

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Lucro por ação --Continuação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 ações ordinárias.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

30. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não revisado)		(Não revisado)			
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Fornecimento faturado						
Residencial	2.195.327	2.138.156	1.253.028	1.190.630	652.566	643.315
Industrial	4.688	4.773	252.584	267.477	95.881	104.893
Comércio, serviços e outras	146.971	146.612	571.924	549.683	278.611	279.792
Rural	63.414	61.912	61.211	61.249	16.682	17.227
Poder público	13.505	13.160	130.333	119.710	65.974	62.944
Iluminação pública	1.426	1.447	125.193	119.946	33.957	34.444
Serviços públicos	1.325	1.270	80.531	77.618	21.615	20.630
	2.426.656	2.367.330	2.474.804	2.386.313	1.165.286	1.163.245
Fornecimento não faturado					(42.521)	8.276
Consumidores, concessionários e permissionários					1.122.765	1.171.521
Suprimento de energia elétrica	13	14	104.935	103.816	6.305	12.987
Baixa renda	-	-	-	-	17.140	6.345
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-	14.792	-
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	50.343	61.758
Receita de construção	-	-	-	-	99.924	88.882
Outras receitas	-	-	-	-	17.701	16.367
Receita operacional bruta					1.328.970	1.357.860
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(301.690)	(303.247)
PIS	-	-	-	-	(13.429)	(13.452)
COFINS	-	-	-	-	(61.853)	(61.961)
ISS	-	-	-	-	(1.162)	(1.120)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	-	(15.053)
Encargo Setorial CCC/CDE	-	-	-	-	(12.650)	(60.132)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(8.056)	(8.040)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(230)	(2.448)
Total de deduções de receita					(399.070)	(465.453)
Total	2.426.669	2.367.344	2.579.739	2.490.129	929.900	892.407

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/3/2013			31/3/2012	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(26.167)	-	(11.585)	(37.752)	(40.354)
Material	(1.743)	(1.231)	(124)	(3.098)	(3.435)
Serviços de terceiros	(63.480)	(1.900)	(17.838)	(83.218)	(62.320)
Energia elétrica comprada para revenda	(320.165)	-	-	(320.165)	(325.693)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(59.648)	-	-	(59.648)	(96.131)
Encargos de serviços do sistema	4.006	-	-	4.006	(8.381)
Custos na desativação de bens	3.617	-	(6.860)	(3.243)	(8.686)
Depreciação e amortização	(42.127)	-	(1.435)	(43.562)	(47.969)
PCLD clientes - líquidas	-	(19.176)	-	(19.176)	(14.269)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(10.648)	(10.648)	(12.667)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(2.166)	-	-	(2.166)	(1.842)
Custo de construção	(99.924)	-	-	(99.924)	(88.882)
Outros custos operacionais	(3.453)	-	(4.934)	(8.387)	(7.246)
Total	(611.250)	(22.307)	(53.424)	(686.981)	(717.875)

Despesa de pessoal	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	(19.836)	(20.153)
Encargos sociais	(9.158)	(10.309)
Provisão de férias e décimo	(2.748)	(2.927)
Plano de saúde	(4.006)	(3.347)
Previdencia Privada	(727)	(317)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(2.394)	(2.442)
Participação nos resultados	(2.855)	(4.345)
Outros	(2.457)	(1.222)
(-) Transferências para intangível em curso	6.429	4.708
Total	(37.752)	(40.354)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Custos e despesas operacionais--Continuação

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	31/03/2013	31/03/2012
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(57.287)	(56.682)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	(11.918)	(14.883)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(68.315)	-
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(155.842)	(183.550)
Proinfa	(15.059)	(13.047)
MCSO - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos	(20.168)	(55.709)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(13.683)	-
Cotas de garantia física	(20.314)	-
(-) Recuperação despesa compra energia	83.341	-
Risco hidrológico	(43.096)	-
(-) Recuperação despesa risco hidrológico	43.096	-
Exposição involuntária	(134.511)	-
(-) Recuperação despesa exposição involuntária	92.943	-
Outros	648	(1.822)
	(320.165)	(325.693)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(22.182)	(44.592)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(32.486)	(41.042)
Encargos de conexão	(3.327)	(5.913)
Outros encargos	(1.653)	(4.584)
	(59.648)	(96.131)
Outros custos com Energia		
Encargo do serviço do sistema - ESS	(25.670)	(8.381)
(-) Recuperação despesa encargo do serviço do sistema - ESS Aporte CDE	29.676	-
Encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	(55.519)	-
(-) Recuperação despesa encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	55.519	-
	4.006	(8.381)
Total	(375.807)	(430.205)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Resultado financeiro

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	913	1.629
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	14.270	15.227
Variações monetárias diversas	2.808	714
Receita de ativo indenizável	61.708	2.117
Outras receitas financeiras, líquida	194	495
Total	79.893	20.182
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(8.705)	(14.802)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11.814)	(16.500)
Encargo de fundo de pensão	(11.007)	(12.517)
Multas	(2.445)	(1.273)
Variações monetárias debêntures	(14.801)	(4.305)
Variações monetárias diversas	(307)	(132)
Juros debêntures	(16.068)	(18.458)
Custo de transação	(320)	(244)
Indenizações DIC / FIC	(11.953)	(8.470)
Correção P&D / PEE	(91)	(280)
IOF	(724)	(1.148)
Outras despesas financeiras, líquida	(3.629)	(4.359)
Total	(81.864)	(82.488)
Resultado financeiro	(1.971)	(62.306)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/03/2013	%	31/03/2012	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	240.948	100%	112.226	100%
Alíquota nominal	81.922	34%	38.157	34%
<u>Adições permanentes</u>				
Participações nos lucros (administradores)	187	0,23%	290	0,76%
Benefícios indiretos	-	0,00%	14	0,04%
Depreciação Lei 8.200	48	0,06%	49	0,13%
	235		353	
<u>Deduções permanentes</u>				
Incentivo fiscal do PAT	(360)	-0,44%	(394)	-1,03%
Adicional do IRPJ	(6)	-0,01%	(6)	-0,02%
	(366)		(400)	
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	31.852	13,22%	(24.785)	-22,08%
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	49.939	20,73%	62.895	56,04%
	81.791	33,95%	38.110	33,96%

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "covenants" financeiros.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 20 e 21, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período findo em 31 de março de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida	1.380.725	1.356.157
Caixa e saldos de bancos (inclusive títulos e valores mobiliários)	(33.620)	(51.738)
Dívida líquida (a)	1.347.105	1.304.419
Patrimônio líquido (b)	2.214.776	2.052.826
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	38%	39%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 6, 7, 20 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía 75,46% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 14,73% é atrelado a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 21,37% das dívidas variáveis (16,12% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas informações trimestrais. Em 31 de março de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 1.801.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação do 1º trimestre de 2013 fossem iguais às esperadas para o final do próximo trimestre, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

31/3/2013	Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	-0,13%	(38)	(38)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	1,11%	290	290
Total		252	252

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2013						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.060	4.097	18.889	83.689	44.387	153.122
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.636	39.702	147.420	183.403	9.785	384.946
Debêntures	-	44.802	79.189	783.531	309.532	1.217.054
	6.696	88.601	245.498	1.050.623	363.704	1.755.122
31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.042	4.066	18.696	85.842	48.296	158.942
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	25.489	9.285	148.252	187.227	19.560	389.813
Debêntures	-	-	119.818	771.396	303.209	1.194.423
	27.531	13.351	286.766	1.044.465	371.065	1.743.178

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
30 de março de 2013						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	1.954	5.304	-	7.258
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	3.449	3.449	-	6.898
	-	-	5.403	8.753	-	14.156
30 de dezembro de 2012						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	2.265	5.597	-	7.862
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	1.914	2.884	-	4.798
	-	-	4.179	8.481	-	12.660

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final de 31 de março de 2013 e 2012 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	31/03/2013	31/12/2012
Contratada	250.000	225.000
Utilizada	2.115	-

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Categoria	Nível	31/3/2013		31/12/2012		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	21.286	21.286	20.813	20.813
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	12.334	12.334	30.925	30.925
Cações e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	29.241	29.241	36.049	36.049
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	533.395	533.395	608.900	608.900
Ativo indenizável (concessão)	Empréstimos e recebíveis	2	1.090.073	1.090.073	1.032.063	1.032.063
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	453.136	451.306	455.458	454.081
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	927.589	877.909	898.268	850.482
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	-	-
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	579.624	579.624	450.433	450.433
Instrmentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	(1.801)	(1.801)	2.431	2.431

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- ▶ Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- ▶ Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2013 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(518)	465	983
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(409)	1.336	1.745

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de março de 2013.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2013 havia apenas swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de março de 2013, a Companhia detinha operações de swap conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	Valores de referência
					Moeda local	Moeda local
Contratos de					31/03/2013	31/12/2012
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/12	16/06/17	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	-BRL 465	BRL 1.891
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/12	15/06/16	CDI + 1,20%aa 9,59% aa	-BRL 1.336	BRL 541

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do Contrato</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	4.281	5.187	6.078
IPCA	88.920	98.564	108.091
TJLP	16.840	19.185	21.506
FIXO	8.638	8.638	8.638
TOTAL	118.679	131.574	144.313

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008--Continuação

Contrato	31/03/2013	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª e 7ª emissões	18.592	22.462	26.271
Swap Ponta Ativa	(18.592)	(22.462)	(26.271)
Swap Ponta Passiva	21.292	21.292	21.292
Total	21.292	21.292	21.292

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

35. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência até	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Angra	2032	41.048	58.067	60.918	63.391	65.952	1.382.262
Bilateral	2022	36.209	51.176	53.839	56.488	58.920	337.918
CCGF	2032	54.923	77.666	81.479	85.054	88.212	1.850.424
ITAIPU	2023	178.334	254.608	261.858	258.504	254.134	1.561.853
Proinfa	2030	45.307	64.091	67.237	69.967	72.794	1.265.720
2006-2013	2013	82.536	-	-	-	-	-
2007-2014	2014	30.295	42.698	-	-	-	-
2008-2015	2015	36.067	50.837	53.324	-	-	-
2008-2037	2037	1.563	2.201	2.309	2.414	2.504	78.275
2008-T15	2022	13.613	19.163	20.100	20.999	21.791	123.089
2009-2016	2016	33.464	47.300	49.603	51.875	-	-
2009-2038	2038	19.364	27.263	28.600	29.895	31.010	1.041.278
2009-T15	2023	27.166	38.240	40.110	41.903	43.484	300.875
2010-2039	2039	34.744	48.919	51.317	53.640	55.642	2.002.432
2010-T15	2024	42.210	59.417	62.322	65.108	67.565	557.086
2011-2040	2040	18.228	25.666	26.924	28.143	29.193	1.124.026
2011-T15	2025	24.140	33.982	35.643	37.236	38.641	371.789
2012-2041	2041	38.407	74.722	96.312	102.704	106.538	4.380.027
2012-T15	2026	51.024	71.823	75.335	78.703	81.673	902.822
2013-2042	2042	-	29.919	58.410	84.047	96.420	4.225.999
2013-T15	2027	63.516	121.812	127.767	133.476	138.516	1.737.682
2016-2045	2045	-	-	-	2.739	2.841	149.645
2016-T20	2030	-	-	-	18.263	18.952	509.687
Total		874.171	1.201.583	1.255.423	1.286.564	1.276.799	23.902.887

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

36. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante estimado dessa participação para o período findo em 31 de março de 2013 foi de R\$ 2.855 (R\$ 4.345 em 31 de março de 2012).

37. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 716.943, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 2.245.264 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 101.478. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa no valor de R\$ 525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 1º de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2012	31/10/2013	716.943	101.478
Responsabilidade civil	01/11/2012	31/10/2013	n/a	525.292

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4